



## **1. DADOS GERAIS – UNIDADE JURISDICIONADA**

### **1.1 – NOME COMPLETO**

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

### **1.2 – NÚMERO DO CNPJ**

37.115.375/0005-30

### **1.3 – NATUREZA JURÍDICA**

Administração Direta – Poder Executivo Federal

### **1.4 – VINCULAÇÃO MINISTERIAL**

Ministério do Meio Ambiente

### **1.5 – ENDEREÇO DA SEDE**

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 8º andar – CEP 70.068-901 – Brasília - DF  
Telefones: (61) 4009-1204, 4009-1230 – Fax (61) 4009-1760

### **1.6 – ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA *INTERNET***

[www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm](http://www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm)

### **1.7 – CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO E GESTÕES UTILIZADAS NO SIAFI**

Unidade Gestora : 440031 – Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos.

Gestão: 000001 - Tesouro

### **1.8 – NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Norma de Criação :

Lei Nº 10.683 de 28 de maio de 2003

Finalidade:

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos compete propor políticas e normas, definir estratégias, implementar programas e projetos, nos temas relacionados com:

I- a política ambiental urbana;

II- as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;

III- os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;



- IV- a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento;
- V- o monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- VI- o ordenamento territorial; e
- VII- a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

## **1.9 – NORMA QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA**

Decreto Nº 4.755 de 20 de junho de 2003

### **1.10– PUBLICAÇÃO NO DOU DO REGIMENTO INTERNO**

Portaria Ministerial Nº 256 de 09 de julho de 1999 , publicada no DOU de 12 de julho de 1999.



## 2. PROGRAMA: 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

### 2.1- OBJETIVOS:

#### 2.1.1- Objetivo Geral

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

### 2.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 2.2.1 – Nome

Taxa de Zoneamento do Território Nacional.

#### 2.2.2 – Descrição

Porcentagem do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação.

#### 2.2.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
	X	

#### 2.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação / área do território continental x 100.

#### 2.2.5 – Avaliação do Resultado

Programa gerenciado pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

#### 2.2.6 – Gerente do Programa

Roberto Ricardo Vizentim

#### 2.2.7 – Gerente Executivo do Programa

Marcos Estevam Del Prette



### 2.3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
0784	Apoio à Gestão Ambiental em áreas de Fragilidade Físico-Ambiental.
2970	Zoneamento ecológico-econômico da Zona Costeira

#### 2.3.1– AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0784 – Apoio a Gestão Ambiental em Áreas de Fragilidade Físico-Ambiental

##### 2.3.1.2 – Objetivo

Prevenir e reduzir os riscos ambientais em áreas de vulnerabilidade físico-ambiental em meio urbano

##### 2.3.1.3 - Descrição

Implementar projetos locais e capacitar os Agentes Municipais para a gestão, o controle, a recuperação e o monitoramento de ocupações urbanas em áreas de risco e fragilidade físico-ambiental.

##### 2.3.1.4 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	1	2

##### 2.3.1.5 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI+CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
300.000	130.000	170.000	167.400	167.400,00

##### 2.3.1.6 – Resultados Alcançados

No contexto do Projeto “Estratégia de Apoio a Gestão Ambiental Urbana”, realizado em cooperação com o MCidades, UN-Habitat e PNUMA, em 2005 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

–Assinado Memorando de Entendimento entre MCidades, MMA, Habitat e PNUMA, em abril/05.



-Capacitação sobre GEOcidades, Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental e Planos Diretores participativos nos seguintes municípios: Piranhas-AL (abril/05), Ponta Porã – MS (agosto/05), Marabá- PA (setembro/05) e Beberibe -CE (outubro/05);

-Assinados 2 (dois) convênios entre o MMA e as prefeituras de Ponta Porã/MS e Beberibe/CE para a realização da Avaliação da Vulnerabilidade naqueles municípios.

-Participação do MMA na Reunião Mundial dos Programas Cidades Sustentáveis, promovida pelo UN Habitat, em Havana, junho/05.

No contexto da ação foram também realizadas:

- Reuniões preparatórias para a elaboração do publicação técnica com textos dos principais especialistas sobre vulnerabilidade ambiental;
- Apoio à elaboração da resolução CONAMA sobre APPs;
- Apoio à revisão do PL 3057 que altera a lei de Uso e Parcelamento do Solo.

Produtos obtidos:

4 municípios capacitados: Piranhas, Ponta Porã, Marabá e Beberibe;

-2 convênios assinados:

<b>Item</b>	<b>Conveniente</b>	<b>Valor</b>	<b>Objeto</b>
1	Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS	R\$ 104.400,00	Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental no municipal
2	Prefeitura Municipal de Beberibe/CE	R\$ 63.000,00	Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental no municipal
	Total	R\$ 167.400,00	

O contingenciamento dos recursos impossibilitou a realização de outras atividades previstas para 2005, como a elaboração e impressão do Manual para a Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental.



### 2.3.1.7 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

Publicação técnica com textos de especialistas sobre o tema vulnerabilidade em suas diversas tipologias, que servirá como subsídio técnico para os municípios;  
Realização de Seminário Nacional sobre Vulnerabilidade no segundo semestre de 2006.  
Publicação do Manual para a Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental;  
Realização de capacitações regionais;  
Busca de linhas de fomento ou incentivos para a realização da capacitação e apoio aos municípios;  
Novas perspectivas: ampliar o trabalho conjunto com MCidades junto aos Planos Diretores, com programas internos do MMA. Buscar desenvolver metodologia para o Plano de Ordenamento Territorial Sustentável previsto na nova resolução CONAMA para APPs.

As atividades acima previstas estarão sujeitas ao orçamento disponível para 2006.

### 2.2.1.8 - Responsável pela Implementação

Nome: Cristina de Queiroz Telles Maffra – Coordenadora de Ação	Assinatura
--	------------



### 2.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2970 – Zoneamento ecológico-econômico da Zona Costeira

#### 2.3.2.1 – Objetivo

Sistematização e ampliação do nível de conhecimento sobre a dinâmica sócio-ambiental e tendências de uso dos espaços litorâneos, com estabelecimento de cenários e proposta de planejamento territorial.

#### 2.3.2.2 – Descrição

Conclusão do zoneamento (diagnóstico e cenários prospectivos de uso desejado), como suporte à mediação de conflitos de usos da zona costeira.

#### 2.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Proposta de zoneamento costeiro por estado e/ou trecho litorâneo	unidade	1	1

#### 2.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CREDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
223.845	37.945	185.900	185.900	185.900

#### 2.3.2.5 – Resultados Alcançados

- Revisão e atualização do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF), como forma de articular a atuação dos órgãos federais com ações na Zona Costeira.
- Integração entre as Políticas Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Recursos Hídricos, a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso dos recursos e ocupação do território.
- Revisão do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho – SIGERCOM, incorporando a interface georreferenciada, incluindo a atualização do “Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União”.
- Suporte ao trabalho de avaliação dos mecanismos do micro-financiamento no Brasil, visando subsidiar o workshop internacional para o Programa de Ação Global para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (PGA).
- Concepção do curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil” e elaboração do seu



material didático.

### **2.3.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

Em 2004 a ação foi modificada para ajustar à estrutura do “novo” Programa (Litoral Brasileiro Sustentável). Com a exclusão desse Programa, a ação deverá voltar a ter caráter mais abrangente, absorvendo as atividades inerentes à implementação dos instrumentos previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

### **2.3.2.7 – Responsável pela Implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------





### **3. PROGRAMA : 0516 – VIVER SEM CONTAMINAÇÃO**

#### **3.1– OBJETIVOS:**

##### **3.1.1– Objetivo Geral**

Reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais.

##### **3.1.2- Objetivo Específico**

Promover a prevenção da geração e a redução de resíduos em áreas urbanas e rurais e a adoção de sistemas de gestão e planejamento ambiental, de produção limpa e de ecoeficiência nos processos produtivos.

#### **3.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO**

##### **3.2.1 – Nome**

Substâncias Químicas e Perigosas

##### **3.2.2 – Descrição**

Quantidade de Substâncias Químicas e Perigosas Controladas

##### **3.2.3 – Tipo de Indicador :**

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
X	X	X



### 3.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Somatório do número das substâncias químicas e perigosas controladas no ano

### 3.2.5 – Avaliação do Resultado

Em 2005 foram realizadas várias atividades relacionadas ao controle de substâncias químicas como abaixo descritas:

- Doze (12) compostos listados na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes: em decorrência de o Brasil ter ratificado essa Convenção estão sendo realizadas várias atividades estabelecidas no compromisso, entre elas destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Implementação (NIP) que prevê, dentre outras atividades, o inventário de fontes de emissão e de estoques obsoletos, a capacitação do país para tratamento, destruição e análise destas substâncias;

- Pneus usados e reformados: As atividades que estão sendo realizadas estão vinculadas às ações de fortalecimento da defesa brasileira no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), uma vez que o País foi questionado pela União Européia sobre a proibição de importação de pneus reformados. A defesa brasileira será baseada em questões ambientais e de saúde pública. Neste contexto, foi gerado um Projeto de Lei, com a participação de vários ministérios, além disso, foram executadas atividades abordando as questões relacionadas ao cumprimento das metas estabelecidas na Resolução CONAMA N° 258/99;

- Pilhas e baterias: no âmbito do CONAMA foi discutida, com participação ativa do Ministério do Meio Ambiente, a revisão da Resolução CONAMA N° 257/99;

- Mercúrio: No âmbito da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, foi elaborado, sob coordenação da SQA/MMA e OTCA, uma minuta do Plano de Ação para Controle de Mercúrio na Bacia Amazônica, que deve ser analisado e aprovado pelos Países membros;

- Resíduos de Serviços de Saúde – RSS: com a aprovação das Resoluções do CONAMA N° 358/05, e ANVISA N° 306/04, sobre gerenciamento externo e interno, respectivamente, de RSS, foram realizados cursos de capacitação para agentes de saúde e meio ambiente abrangendo todos os Estados da Federação;

No que se refere à ações de prevenção destacam-se: **“Capacitação para a Segurança**

**Química”**: realização de seminários para capacitação em resíduos de serviços de saúde e, realização de seminário para discussão de aspectos de gerenciamento de agrotóxicos poluentes orgânicos persistentes, com a participação de representantes de OEMAS, sociedade civil, setor acadêmico e setor privado; **“Capacitação para Produção mais**



**Limpa e Ecoeficiência**”: realização de seminários com representantes do setor público e privado de Minas Gerais e Mato Grosso com vistas à implantação de Fórum Estadual de Produção mais Limpa nestes estados; e **“Fomento à Gestão e Controle de Contaminantes Ambientais”**: discussões para harmonizar critérios de licenciamento de processo de destinação de pneus, contemplando 11 (onze) Estados – BA, CE, ES, GO, MG, MS, PR, RJ, RS, SC e SP.

### 3.2.6- Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

### 3.2.7- Gerente Executivo do Programa

Marília Marreco Cerqueira

## 3.3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
18.122.0516.2272.0001	Gestão e Administração do Programa
18.122.0516.7499.0001	Implantação de Rede de Informações sobre Segurança Química
18.126.0516.7596.0001	Implantação do Sistema Nacional de Registro de Liberações e Transferências de Contaminantes
18.128.0516.6083.0001	Capacitação para a Segurança Química
18.128.0516.6586.0001	Capacitação para Produção mais Limpa e Ecoeficiência
18.131.0516.4641.0001	Publicidade de Utilidade Pública
18.542.0516.6084.0001	Suporte Laboratorial para Inspeção e Fiscalização
18.542.0516.6627.0001	Fomento à Gestão e Controle de Contaminantes Ambientais
18.543.0516.6085.0001	Mapeamento de Áreas Contaminadas



### 3.3.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272– Gestão e Administração do Programa

#### 3.3.1.1 – Objetivo

Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passivas de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

#### 3.3.1.2 - Descrição

Essas despesas compreendem; serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas ; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programada

#### 3.3.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada

#### 3.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
302.206	22.718	279.489	279.489	279.489



### 3.3.1.5 – Resultados Alcançados

- Participação nas reuniões do Comitê Técnico para Assessoramento sobre Agrotóxicos;
- Acompanhamento e aprimoramento da legislação relativa a produtos químicos e resíduos (Resíduos de Serviço de Saúde, Pilhas e Baterias, Pneus Inservíveis, Uso Agrícola de Lodo de Esgoto, Resíduos de Sabão em Pó, dentre outras;
- Participação em eventos internacionais e desenvolvimento de atividades referentes implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes;
- Participação em eventos internacionais e desenvolvimento de atividades referentes implementação da Convenção de Roterdã, sobre Procedimentos do Consentimentos Previamente Informado para Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos no Comércio Internacional;
- Participação em eventos internacionais e desenvolvimento de atividades referentes a implementação da Convenção de Basileia sobre o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e seus depósitos;
- Elaboração de proposta sobre Política Nacional de Produção mais Limpa;
- Elaboração de estudos sobre agrotóxicos Poluentes Orgânicos Persistentes

### 3.3.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

### 3.3.1.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Sérgia de Souza Oliveira – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7499 – Implantação de Rede de Informações sobre Segurança Química

#### 3.2.1 – Objetivo

Promover a organização, difusão e intercâmbio de informações sobre Segurança Química

#### 3.3.2.2 - Descrição

Estabelecimento de parcerias/acordos de cooperação; definição da concepção da Rede e das ferramentas operacionais para a disponibilização das informações; desenvolvimento e implementação de ferramentas para a atualização e disponibilização da informação; operacionalização da Rede de intercâmbio e difusão de informações.

#### 3.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Produto Implantado	% de execução física	55	10

#### 3.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
110.000	65.600	44.400	44.400	44.400

#### 3.3.2.5 – Resultados Alcançados

Foi desenvolvida a parte técnica do sistema de informações sobre estoques de agrotóxicos e outras substâncias perigosas obsoletas, no âmbito do convênio com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC

#### 3.3.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)



Aguardando parecer do setor de tecnologia de informática do MMA para implementação on line do sistema.

### 3.3.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Maria da Conceição Estrela Abad- Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7596 - Implantação do Sistema Nacional de Registro de Liberações e Transferências de Contaminantes

#### 3.3.3.1 – Objetivo

Propiciar aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, à outros setores interessados e ao público em geral dados e informações sobre a geração e destinação de resíduos e contaminantes, com vistas à elaboração de políticas públicas nas áreas de meio ambiente e de saúde e ao aprimoramento dos instrumentos de gestão ambiental.

#### 3.3.3.2 - Descrição

O registro de liberações e transferências de contaminantes consiste no levantamento sistemático de dados qualitativos e quantitativos da geração de resíduos e contaminantes de diferentes tipologias, bem como sobre o tratamento e destinação dada aos mesmos. O sistema de registro consistirá de unidades remotas regionais de coleta de dados, interligadas por modem a uma unidade central técnico/administrativa de recebimento e tratamento de dados e divulgação de informações.

#### 3.3.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Sistema Implantado	% de execução física	25	5

#### 3.3.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
200.000	120.000	80.000	80.000	80.000

#### 3.3.3.5 – Resultados Alcançados

Elaboração de Termos de Referência para contratação de serviços para elaboração de estudos relativos à correlação de contaminantes prioritários e tipologias de atividades/fontes geradoras, definição de informações a serem exigidas e critérios/diretrizes para declaração de emissões e transferências para as fontes fixas e difusas, bem como elaboração de documentos que irão compor o sistema (glossário, manuais, mecanismos e procedimentos envolvendo a





operação do sistema).

**3.3.3.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

**3.3.3.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Maria Grícia de Lourdes Grossi – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6083 – Capacitação para a Segurança Química

#### 3.3.4.1 – Objetivo

Propiciar a capacitação de técnicos e profissionais envolvidos no desenvolvimento de ações de inspeção, controle e monitoramento de produtos químicos e resíduos perigosos.

#### 3.3.4.2 - Descrição

Capacitação e treinamento de técnicos e profissionais envolvidos no desenvolvimento de ações de inspeção, controle e monitoramento de produtos químicos e resíduos perigosos.

#### 3.3.4.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Pessoa capacitada	Unidade	48	548

#### 3.3.4.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI +CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
260.000	36.000	224.000	224.000	224.000

#### 3.3.4.5 – Resultados Alcançados

Realização de seminário sobre agrotóxicos classificados como poluentes orgânicos persistentes, com a participação de técnicos de órgãos ambientais do meio ambiente e setor produtivo e acadêmico, com finalidade de atualização de profissionais em matéria de segurança química;

Realização de seminários para capacitação em resíduos de serviços de saúde.



### 3.3.4.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

### 3.3.4.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Sérgia de Souza Oliveira – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.5 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6586 – Capacitação para Produção mais Limpa e Ecoeficiência

#### 3.3.5.1 – Objetivo

Promover capacitação em processos produtivos e produtos, por meio da adoção de práticas de produção mais limpa e de ecoeficiência, que possibilitam, paralelamente à utilização de técnicas ambientalmente corretas a melhoria do desempenho e aumento da competitividade das empresas.

#### 3.3.5.2 - Descrição

Cursos de capacitação de representantes da indústria, em setores a serem definidos

#### 3.3.5.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Pessoa capacitada	Unidade	50	80

#### 3.3.5.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
150.000	20.590	129.401	129.401	129.401

#### 3.3.5.5 – Resultados Alcançados

Realização de seminários, em Minas Gerais e Mato Grosso, de sensibilização e capacitação para a Produção mais Limpa com os diversos atores públicos e privados estaduais, tendo como objetivo final a instalação de Fórum Estadual de Produção mais Limpa.



### 3.3.5.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

### 3.3.5.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Maria Grícia de Lourdes Grossi – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.6 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4641 – Publicidade de Utilidade Pública

#### 3.3.6.1 – Objetivo

Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

#### 3.3.6.2 - Descrição

Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

#### 3.3.6.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada

#### 3.3.6.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
150.000	13.831	120.000	136.169	136.169

#### 3.3.6.5 – Resultados Alcançados

Elaboração de prospectos de folders e cartazes sobre Produção mais Limpa, objetivando a divulgação dos seus conceitos e as atividades do Núcleo de P+L do MMA. Elaboração de manuais do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Respostas Rápidas a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2.

#### 3.3.6.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)



### 3.3.6.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Sérgia de Souza Oliveira – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.7 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6084 – Suporte Laboratorial para Inspeção e Fiscalização

#### 3.3.7.1 – Objetivo

Propiciar suporte laboratorial às ações de inspeção e fiscalização de resíduos e produtos

#### 3.3.7.2 - Descrição

Realização de análise de amostras coletadas pela fiscalização.

#### 3.3.7.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Análise realizada	Unidade	150	0

#### 3.3.7.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
450.000	90.000	360.000	360.000	360.000

#### 3.3.7.5 – Resultados Alcançados

Apoio à instalação de Laboratório de Dioxinas e Furanos por meio de Convênio com a CETESB. A instalação do laboratório deve sofrer atrasos devido a problemas técnicos, por ser um laboratório altamente complexo, e problemas administrativos, devido à necessidade de licenças da prefeitura do Município de São Paulo.

#### 3.3.7.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

#### 3.3.7.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Sérgia de Souza Oliveira – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------

### 3.3.8 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA





6627 – Fomento à Gestão e Controle de Contaminantes Ambientais

**3.3.8.1 – Objetivo**

Estimular a implementação do Programa Viver sem Contaminação, assegurando aos Estados suporte técnico, de infra-estrutura e institucional para o planejamento e gestão sustentável de contaminantes ambientais.

**3.3.8.2 - Descrição**

Desenvolver em parceria com os Estados e Municípios Programas Estaduais relacionados à gestão de contaminantes ambientais e instrumentos legais, normativos, e mecanismos econômicos necessários à implementação do Programa Viver sem Contaminação, assim como o estímulo para o desenvolvimento de projetos relacionados à segurança química.

**3.3.8.3 – Meta Física**

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Estado apoiado	Unidade	6	11

**3.3.8.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)**

ORÇAMENTO LEI +CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
213.978	40.200	173.778	173.778	173.778

**3.3.8.5 – Resultados Alcançados**

Realização, em outubro, de discussões para harmonizar critérios de licenciamento de processo de destinação de pneus, contemplando 11 (onze) Estados – BA, CE, ES, GO, MG, MS, PR, RJ, RS, SC e SP.

**3.3.8.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar**(No caso de problemas na execução)

--



### 3.3.8.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Sérgia de Souza Oliveira – Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



### 3.3.9 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6085 – Mapeamento de áreas contaminadas

#### 3.3.9.1 – Objetivo

Fomentar o controle de áreas contaminadas e prevenir a ocorrência de novos eventos de contaminação ambiental ou à saúde humana, por substâncias e resíduos perigosos.

#### 3.3.9.2 - Descrição

Levantamento e classificação das áreas contaminadas e desenvolvimento de sistema de informação.

#### 3.3.9.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Mapa elaborado	Unidade	30	0

#### 3.3.9.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
400.000	37.800	362.200	362.200	362.200

#### 3.3.9.5 – Resultados Alcançados

Realização de convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM, tendo como objeto a execução de mapeamento de áreas de riscos no Estado do Rio Grande do Sul.

#### 3.3.9.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

#### 3.3.9.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Maria da Conceição Estrela Abad – Coordenadora de Ação	Assinatura
--	------------

--



## 4. PROGRAMA : 1084 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

### 4.1 -OBJETIVOS:

#### 4.1.1– Objetivo Geral

Reduzir as emissões de gases de efeito estufa e de substâncias destruidoras da camada de ozônio.

#### 4.1.2– Objetivo Setorial

Ampliar e fortalecer a atuação do Ministério do Meio Ambiente de forma articulada com os demais órgãos do Governo Federal, os Estados, os Municípios e a sociedade civil, nas discussões de implementação das convenções de biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação, espécies ameaçadas de extinção, demais acordos internacionais e processos de integração regional, em temas relacionados à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

### 4.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O Programa foi extinto para o exercício de 2006, porém em 2005 gerou alguns resultados importantes para a redução de poluentes, em especial daqueles responsáveis pelos fenômenos globais indesejáveis. As ações executadas foram a 001H e a 2272 – GAP. Podem-se citar os principais resultados alcançados:

- Seminário: Diálogo sobre Mudanças Climáticas. Seleção, a partir de edital lançado em parceria com o Ministério das Cidades, dos municípios a serem contemplados com estudo de viabilidade na área de destinação final de resíduos para fins de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL;
- Estudos elaborados, em parceria com instituição conveniada, relativamente a Mudanças Climáticas e energia: Elaboração de Metodologia para realização de inventários e formulação de políticas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa em nível municipal;
- Lançamento e divulgação do estudo do potencial de geração de energia renovável proveniente dos “aterros sanitários” nas regiões metropolitanas e grandes cidades do Brasil, desenvolvido em parceria com instituição conveniada;
- Elaboração, em parceria com o MCT, de submissão brasileira, ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima, de documento sobre as implicações de projetos de MDL relacionados a novas plantas de HCFC22.
- Com relação à eliminação de substâncias que destroem a Camada de Ozônio, as atividades foram realizadas com recursos do Fundo Multilateral do Protocolo de



Montreal. Os principais produtos foram a finalização de 20 projetos de conversão industrial no setor de espumas equivalentes à eliminação de 144 toneladas de clorofluorcarbonetos – CFCs no país; o projeto de treinamento de refrigeristas habilitou em 2005, 6.096 técnicos em Boas Práticas na Refrigeração; foi publicada a Portaria 121/05 que estabelece critérios de elegibilidade para recebimento de máquinas de recolhimento e reciclagem de CFC para o setor automotivo, sendo realizados 8 seminários nos estados de SP, RS e SC e distribuídas 99 máquinas, de um total de 335 adquiridas pelo projeto; e o projeto para eliminação do Brometo de Metila em plantios de flores, plantas ornamentais e morango foi aprovado e está em fase inicial de implementação e visa eliminar 138,9 toneladas de PDO (Potencial de Destruição da Camada de Ozônio).

### 4.3 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 4.3.1 – Nome

Consumo nacional de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.

#### 4.3.2 – Descrição

Este indicador foi escolhido para medir os resultados alcançados pelo Programa.

#### 4.3.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
		X

#### 4.3.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Consumo nacional de substâncias destruidoras da camada de ozônio, pertencentes ao Grupo I do Anexo A do Protocolo de Montreal.



#### 4.3.5 – Avaliação do Resultado

O registro para o indicador em 2004 foi de 2000 toneladas estimado à época da avaliação do Programa. Porém, seu valor real foi de 1.910,00 toneladas, divulgado em maio de 2005 pelo IBAMA.

O registro estimado para o indicador em 2005 é de 1.182,00 toneladas (Cota máxima permitida pela Resolução CONAMA 267/00 que determina redução de 85% do valor base que é a média do consumo nos anos 1995-97. O valor exato deste indicador será obtido por meio do Cadastro Técnico Federal do IBAMA após o fechamento do Banco Alice do MDIC (mês de abril de 2006), por isso optou-se por trabalhar com o valor máximo permitido).

O índice foi revisto e o valor esperado ao final do PPA em 2007 é de 1.578,00 toneladas (Cota máxima permitida conforme ratificado pelo Brasil no Protocolo de Montreal para 2007, referente ao consumo de todas as substâncias do Anexo A Grupo I – CFC 11, 12, 113, 114 e 115).

#### 4.4 - Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

#### 4.5.- Gerente Executivo do Programa

Ruy de Góes Leite de Barros

#### 4.6 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.541.1084.001H.0001	Apoio a Projetos de Redução e Absorção de Gases de Efeito Estufa
18.122.1084.2272.0001	Gestão e Administração do Programa



#### 4.6.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001H- Apoio a Projetos de Redução e Absorção de Gases de Efeito Estufa

##### 4.6.1.1 – Objetivo

Implementar projetos que tenham como objetivo a redução da emissão de gases que contribuem para a formação do efeito estufa.

##### 4.6.1.2 - Descrição

Apoio à realização de projetos para a redução e a absorção de gases de efeito estufa.

##### 4.6.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	2	47

##### 4.6.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
150.000	30.040	119.960	119.960	119.960

##### 4.6.1.5 – Resultados Alcançados

Em 2005, a SQA/MMA continuou atuando em conjunto com a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC na aprovação de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL de forma a contribuir para o desenvolvimento do mercado de carbono no Brasil e do combate às mudanças climáticas.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, houve um maior número de projetos submetidos à Comissão, além disso, o estabelecimento das regras para os projetos florestais de pequena escala, certamente diversificará e ampliará esta demanda. Durante a COP-11/MOP 1, no Canadá, o governo brasileiro teve papel decisivo no estabelecimento das negociações sobre o combate ao desmatamento no âmbito das mudanças climáticas.



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005

A equipe técnica da SQA, em sua área de atuação, analisou e aprovou uma série de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudanças Global do Clima – CIMGC. Esses projetos aprovados (47 em 2005), ao entrarem em operação, promoverão uma redução de emissões em torno de 12.018.007 toneladas de CO2 equivalentes por ano. Na sua maioria, são projetos de mitigação de GEE mediante a recuperação de gás de aterro (possibilitando a geração de energia), geração de eletricidade a partir de biomassa e co-geração com bagaço de cana-de-açúcar, localizados em diversos municípios brasileiros.

Principais realizações em 2005:

- a) Análise dos PL's nº 3.902/2004 e 5.067/2005 que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas;
- b) Elaboração, em conjunto com o Ministério das Cidades, do Edital para seleção dos municípios para elaboração de estudos de viabilidade de projetos em MDL, baseados no aproveitamento de gases gerados na área de destinação final de resíduos;
- c) Coordenação das atividades do Grupo de Trabalho do MMA sobre Mudanças Climáticas;
- d) Promoção do Seminário “DIÁLOGO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS” – Encontro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Governo Federal e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas;
- e) Acompanhamento do Convênio celebrado entre o MMA e a COPPE, no desenvolvimento do Centro Clima e realização de diversos estudos técnico-científicos na área da ciência do clima e de Mecanismo de desenvolvimento Limpo - MDL;
- f) Participação na Décima primeira Sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Primeira Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP 11 / MOP 1), realizada em Montreal, Canadá, durante os dias 28 de novembro e 09 de dezembro;
- g) Implantação do Bosque Quioto, no Jardim Botânico de Brasília, em comemoração a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em fevereiro;
- h) Elaboração, em parceria com o MCT, de submissão brasileira, ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima, de documento sobre as implicações de projetos de MDL relacionados a novas plantas de HCFC22.





#### **4.6.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

Alguns contratempos inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas como o atraso no repasse de recurso aos convênios firmados e a grande demanda de projetos no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, dificultando a análise por parte da área técnica.

#### **4.6.1.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------



#### 4.6.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 - Gestão e Administração do Programa

##### 4.6.2.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

##### 4.6.2.2 - Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

##### 4.6.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Não há	Não há	Não há	Não há

##### 4.6.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
284.208	59.657	224.551	224.551	224.551

##### 4.6.2.5 – Resultados Alcançados

A ação GAP deste Programa executou ações finalísticas em 2005. Os temas são “Proteção à



Camada de Ozônio” e “Energia”.

### **Tema Proteção a Camada de Ozônio:**

As atividades do Grupo Ozônio são realizadas com recursos de doação do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal.

1- Conversão industrial - os projetos de conversão industrial estão em fase final de implementação. O total eliminado de SDOs é de aproximadamente 800 toneladas de CFC 11 e 12. Os projetos de conversão industrial contemplam os setores de aerossóis médicos (MDI), solventes, esterilizantes, espumas e refrigeração comercial. Os projetos de espuma estão em fase de elaboração do Certificado de Conclusão (COC). Foram finalizados 20 projetos de conversão industrial no setor de espumas equivalentes à eliminação de 144 ton de CFCs.

2- Gerenciamento do Passivo de CFC nos Segmentos da Refrigeração Doméstica e Comercial (Projetos de Recolhimento, de Regeneração e de Treinamento) – os projetos de recolhimento e regeneração de CFC-12 estão em início de implementação passando por adaptações na forma de execução. A Central de Regeneração de São Paulo está funcionando ainda em regime de pré-operação, tendo regenerado aproximadamente 10 toneladas. A Central de Regeneração do Estado do Rio de Janeiro encontra-se em fase de aquisição dos equipamentos. O projeto de treinamento de refrigeristas habilitou em 2005, 6.096 técnicos em Boas Práticas na Refrigeração.

3- Recolhimento e Reciclagem de CFC (MAC e *chillers*): O projeto de recolhimento e reciclagem no setor automotivo (MAC) está em fase de distribuição dos equipamentos de recolhimento e reciclagem, por intermédio de Seminários. Foi publicada a Portaria 121/05 que estabelece critérios de elegibilidade para recebimento das máquinas. Foram realizados 8 seminários distribuídos nos estados de SP, RS e SC e distribuídas 99 máquinas, de um total de 335 adquiridas pelo Projeto. O projeto de recolhimento e reciclagem no setor de *chillers* está em fase de publicação de Portaria de critérios para distribuição de equipamentos.

4- Capacitação dos fiscais de Alfândega: O Grupo de Trabalho - GT Alfândega, está se reunindo periodicamente para estruturação da regulamentação nacional para controle e monitoramento da importação de SDOs e para a elaboração de Manual visando a continuação do treinamento dos fiscais da alfândega a partir de 2006.

5- Eliminação do Brometo de Metila no setor agrícola: Foi aprovado na 46ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal, realizada em Montreal, julho de 2005, o Plano Nacional de Eliminação de Brometo de Metila. Foram constatados usos desta substância por todo o país em diferentes culturas e alvos biológicos, destacando-se o uso como fumigante de solo na produção de flores, tabaco, plantas ornamentais, morango e outros usos. O Projeto para eliminação do Brometo de Metila em plantios de flores, plantas ornamentais e morango aprovado e em fase inicial de implementação visa a eliminação de 138.9 toneladas de PDO (Potencial de Destruição



da Camada de Ozônio).

6- Banco de regeneração de *halons*: O IBAMA está analisando o projeto de *Halon*, para verificar os passos necessários para a transferência do gerenciamento do Banco de *Halons* da CETESB para o IBAMA.

7- Eliminação de CTC: Foi realizado estudo para identificar os principais consumidores e produtores de CTC no Brasil, com o apoio do Banco Mundial. Além disso, estão sendo feitos contatos com o setor farmacêutico, para identificar possíveis usos de CTC para elaboração do Plano Nacional de CTC. Até o momento foi identificada apenas uma empresa consumidora de CTC conforme dados do IBAMA e DOW Química.

8- Revisão da Resolução CONAMA 267/00: continua em andamento o processo de revisão da Resolução CONAMA 267/00.

9- Divulgação do PNC: está sendo feita a divulgação sobre o PNC, enfatizando a redução progressiva na disponibilidade de CFC e explicando a necessidade de recolhimento e regeneração de CFC da refrigeração, assim como nos sistemas de ar condicionados. Para tanto, folders, releases, spots de rádio e programa especial na TV foram produzidos e veiculados. Um desenho animado (traduzido da versão original da UNEP), alertando sobre os cuidados necessários para evitar a exposição exagerada aos raios solares, foi veiculado durante três meses pela Varig, nos vôos internacionais com chegada ou escala em São Paulo e visto por aproximadamente 250.000 pessoas, spots de rádio foram distribuídos no sistema Radiobrás durante janeiro, fevereiro e março.

A semana de proteção à Camada de Ozônio, que inclui o Dia Internacional foi comemorado com a realização de um Seminário Internacional: “Uso de Fluidos refrigerantes Hidrocarbonetos, situação atual e tendências futuras”, participação na comemoração do estado de São Paulo, participação na maior feira de refrigeração da América Latina, com um estande próprio do MMA. A feira foi visitada por 25.000 pessoas, aproximadamente 1.000 refrigeristas foram treinados em Boas Práticas dentro do estande, e mais de 500 refrigeristas e empresas foram registrados no CTF, com apoio do IBAMA.

Todo o Material de divulgação desenvolvido e/ou, traduzido foi enviado aos países africanos de língua portuguesa em parceria com a UNEP, visando colaborar com Países que tem dificuldades de criar seus próprios materiais.

10- Convenção de Viena e Protocolo de Montreal: participação em 7 reuniões referentes ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Partes no âmbito do Protocolo.

#### **Tema Energia:**

a) Elaboração do Relatório preliminar sobre os estudo de cadeias energéticas para geração de eletricidade (eólica, biomassa e gás natural);

b) Elaboração do Estudo “Disposição de Resíduos Nucleares Advindos de Instalações



- Geradoras de Energia Elétrica”;
- c) Estudo sobre as barreiras para ampliação do uso de Energia Solar Térmica no Brasil – Projeto PNUD BRA/00/020;
  - d) Realização de 2 Seminários para discutir as barreiras identificadas e formas de superá-los – Projeto PNUD BRA/00/020;
  - d) Elaboração, em parceria com o MME, ABRAVA e representantes da Academia uma proposta de um Programa Nacional de Energia Solar Térmica – Prosolar, que será submetido ao Ministério do Planejamento para inclusão na próxima revisão do PPA.
  - f) Elaboração de Relatório parcial sobre análise do PROINFA;
  - g) Acompanhamento do Acordo Brasil-Alemanha, relativamente a energias renováveis;
  - h) Coordenação de Grupo de Trabalho interno para acompanhamento das questões ambientais no âmbito do Programa Nacional de Biodiesel. Portaria MMA nº 22/2005;
  - i) Contratação de estudo voltado para implantação de sistemas agroflorestais para produção dendê em áreas degradadas passíveis de conversão de uso do solo e em áreas degradadas, caracterizadas como Reserva Legal na Amazônia, visando a utilização desta oleaginosa para produção de biodiesel;
  - j) Elaboração de nova edição e divulgação do Estudo do potencial de geração de energia renovável proveniente de Aterros Sanitário nas Regiões Metropolitanas e Grande Cidades do Brasil (elaboração de 1000 CDs);
  - l) Apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP) na análise de projetos piloto para produção de biodiesel;
  - m) Articulação com centros acadêmicos nacionais e empresas nacionais para promover parcerias voltadas a desenvolvimento de catalisadores que permitam melhor eficiência e eficácia na produção do biodiesel, minimizando os efluentes e os impactos ambientais.
  - n) Foram desenvolvidos estudos técnicos-científicos para subsidiar as posições do MMA em fóruns nacionais e internacionais sobre energias renováveis, bem como, alternativas para o “esverdeamento” da matriz energética brasileira a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

#### 4.6.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

#### 4.6.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------



## **5. PROGRAMA:1210 – PREVENÇÃO DE RISCOS E COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS**

### **5.1- OBJETIVOS:**

#### **5.1.1 -Objetivo Geral**

Prevenir riscos e combater emergências ambientais relacionadas às atividades potencialmente Poluidoras.

#### **5.1.2- Objetivo Específico**

Promover o monitoramento, a prevenção e a redução de riscos e a mitigação de impactos decorrentes de eventos hidrológicos críticos, de acidentes e de emergências ambientais relacionadas a queimadas e incêndios florestais e a atividades potencialmente poluidoras.

### **5.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO**

#### **5.2.1 – Nome**

Combate às emergências ambientais

#### **5.2.2 – Descrição**

Taxa de combate às emergências ambientais

#### **5.2.3 – Tipo de Indicador :**

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
X	X	X



#### 5.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Relação percentual entre o número de acidentes atendidos e o número de acidentes ocorridos

#### 5.2.5 – Avaliação do Resultado

Programa gerenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama .

#### 5.2.6- Gerente do Programa

Marcus Luiz Barroso Barros

#### 5.2.7- Gerente Executivo do Programa

### 5.3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.122.1210.2272.0001	Gestão e Administração do Programa
18.541.1210.09HQ.0001	Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Atendimento às Emergências Ambientais
18.128.1210.8659.0001	Capacitação para o Gerenciamento de Riscos e Emergências Ambientais

#### 5.3.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 – Gestão e Administração do Programa

##### 5.3.1.1 – Objetivo

Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passivas de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

##### 5.3.1.2 - Descrição



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005

Essas despesas compreendem; serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas ; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programada.

**5.3.1.3 – Meta Física**

Descrição	Unidade	Programada	Executada

**5.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)**

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
271.600	178.841	92.759	92.759	92.759

**5.3.1.5 – Resultados Alcançados**

-Realização de reuniões com representantes dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente tendo em vista a implantação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2 ;

-Divulgação do P2R2 nos cursos de capacitação em segurança química, promovidos pelos Ministérios da Integração, Saúde e Trabalhos nos Estados, por meio de palestras.

**5.3.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar**(No caso de problemas na execução)

--

**5.3.1.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Maria da Conceição Estrela Abad – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------

**5.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

09HQ – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Atendimento às Emergências Ambientais





### 5.3.2.1 – Objetivo

Supervisionar e apoiar os órgãos estaduais de meio ambiente na elaboração dos Planos de Ação às Emergências (PAEs) a fim de prevenir a ocorrência de acidentes, bem como aprimorar o sistema de preparação e resposta a emergências químicas nos Estados.

### 5.3.2.2 - Descrição

Como o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2 prevê em sua estrutura institucional, a necessidade de elaboração, por parte dos governos estaduais de Planos de Ação às Emergências Ambientais (PAEs), faz-se essencial o suporte federal ao processo de elaboração de tais planos. Além disso, é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente a supervisão e coordenação desse sistema dedicado à prevenção e resposta à emergências ambientais, de acordo com o Decreto 5.098 de 03 de junho de 2004.

### 5.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	10	1

### 5.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI+CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
800.000	284.453	515.547	515.547	515.547

### 5.3.2.5 – Resultados Alcançados

Realização de convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM, tendo como objeto a execução de mapeamento de áreas de riscos no Estado do Rio Grande do Sul, o qual subsidiará a implantação do Plano de Ação às Emergências Ambientais nesse estado.

### 5.3.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

### 5.3.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome:	Assinatura
-------	------------



Maria da Conceição Estrela Abad - Coordenadora de Ação	
---	--



### 5.3.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8659 – Capacitação para o Gerenciamento de Riscos e Emergências Ambientais

#### 5.3.3.1 – Objetivo

Capacitar recursos humanos para estruturar e implantar sistemas de gerenciamento de riscos e emergências ambientais.

#### 5.3.3.2 - Descrição

Oferta de cursos, materiais didáticos, produção de eventos, dentre outros.

#### 5.3.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Pessoa Capacitada	Unidade	180	50

#### 5.3.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI+CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
619.360	30.000	441.145	441.145	441.145

#### 5.3.3.5 – Resultados Alcançados

Realização do “II Treinamento em Resposta à Emergência Ambiental” realizado em dezembro pelo IBAMA com a participação dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal.

#### 5.3.3.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

#### 5.3.3.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Maria da Conceição Estrela Abad – Coordenadora de Ação	Assinatura
--	------------



## **6. PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL – PROCONTROLE**

### **6.1 -OBJETIVOS:**

#### **6.1.1 - Objetivo**

Reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

#### **6.1.2 - Objetivo Setorial**

Promover o fortalecimento, a qualificação e a aplicação dos instrumentos de gestão e planejamento ambiental voltados à prevenção, à qualificação dos programas e projetos setoriais, em relação ao meio ambiente, e ao controle de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente.

### **6.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA:**

O Programa é composto por ações da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA/MMA e do IBAMA. As ações do IBAMA estarão no Relatório de Prestação de Contas daquele órgão. Principais produtos executados na SQA:

Capacitação de 45 técnicos de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente para avaliação e realização de auditorias ambientais conforme a Resolução CONAMA 306/2002. Capacitação de 80 auditores ambientais na Interpretação da Resolução CONAMA 306/2002. Capacitação de 52 multiplicadores da Resolução CONAMA 306/2002;

Seminários sobre Plano de Emergência Individual – PEI com a participação de técnicos dos órgãos de meio ambiente de diversos estados;

Lançamento do Portal de Licenciamento Ambiental Nacional em 06 de junho de 2005, quando foram assinados os Termos de Adesão com os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Goiás, Paraná, Bahia e IBAMA;

Seminário Nacional sobre o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários visando a simplificação do LA para empreendimentos de pequeno e médio porte;

Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária com objetivo de integrar e promover a troca de experiências entre os atores envolvidos no Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária; avaliar a aplicação da Resolução CONAMA 289/2002;



Seminário de Licenciamento Ambiental de Destinação de Resíduos Sólidos teve como objetivos: a revisão de Resolução CONAMA, referente ao assunto, reunir órgãos de meio ambiente estaduais, distrital e federal para discutir o licenciamento sobre a disposição final e formas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, da construção civil e de serviços de saúde.

### 6.3 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 6.3.1 – Nome

Indicador 1: Número de Empreendimentos de Infra-estrutura Sem Licença de Operação (Indicador do IBAMA);  
Indicador 2: Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera

#### 6.3.2 – Descrição

Indicador 1:  
O indicador considera o número de empreendimentos de infra-estrutura (sistemas de transmissão, usinas hidroelétricas, portos marítimos, rodovias federais) que atualmente operam sem licença de operação (LO), e que, conforme a legislação ambiental, devem regularizar sua situação junto aos órgãos de meio ambiente. Atualmente existem 440 empreendimentos operando sem LO e espera-se que até 2007 somente 50 continuem operando nessa situação.

Indicador 2:  
O indicador foi selecionado entre os parâmetros de emissão definidos na Resolução CONAMA 003/1990, que devem ser mensurados pelos órgãos de meio ambiente. Os valores de referência disponíveis foram produzidos pelo IBGE em 1996 para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e referem-se às fontes industriais. A partir de 2005 os valores de referência serão àqueles gerados pelos Estados, dentro de uma metodologia mais completa e padronizada. Os dados do IBGE serão ajustados à nova metodologia.

#### 6.3.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
		X

#### 6.3.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Indicador 1: Número de empreendimentos de infra-estrutura operando sem licença de operação



Indicador 2: Quantidade emitida de material particulado nas seguintes regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

### 6.3.5 – Avaliação do Resultado

Indicador 1: Tomada de Contas do IBAMA

Indicador 2: **Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera**

Índice Início PPA: 262.472,000 toneladas/ ano

Índice ao final do PPA: 150.000,000

Fonte Órgãos Ambientais Estaduais e IBGE

Este índice foi composto a partir de dados de Inventário de Emissões Veiculares dos Estados e de um Estudo realizado pelo IBGE, onde foi determinada a Emissão de Material Particulado das Fontes Fixas (indústrias) com base no potencial poluidor de cada tipologia industrial, segundo a metodologia proposta pelo Banco Mundial.

Este estudo foi realizado uma vez só e os resultados são referentes ao ano de 1996. Como não houve atualização deste estudo por parte do IBGE, não mais dispomos dessa metodologia.

**Índice em 2005: 116.930 toneladas/ ano**

Este índice é referente ao ano de 2003 e foi obtido através dos Inventários Estaduais de Emissões Atmosféricas, das Agências Ambientais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco e se referem às regiões metropolitanas.

Como atualmente os estados já possuem Programas de Inventários de Emissões Estaduais, sendo mais fidedignos e representativos da realidade.

**Fontes:**

**Inventários Estaduais de Emissões Atmosféricas por Fontes Fixas (indústrias) e Fontes Móveis (veículos)**

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo/ CETESB

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Estado Rio de Janeiro/ FEEMA

Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais/ FEAM

Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul/ FEPAM

Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco/ CPRH.

**Proposta de Novo Indicador**

Entendemos que os dados de qualidade do ar, que são medidas periódicas da concentração de poluentes na atmosfera, são mais representativos do que as emissões medidas diretamente na fonte, pois estas últimas representam concentrações pontuais e não levam em conta os fatores meteorológicos que influenciam na dispersão dos poluentes, e acrescentando ainda o fato de que os Estados possuem muitas dificuldades para manter seus



inventários atualizados, sugerimos alteração do indicador **Quantidade de Material Particulado Lançado para a Atmosfera (em toneladas)** para **Concentração média aritmética anual de material particulado inalável - PM10 (em microgramas por metro cúbico de ar)**, que corresponde ao padrão primário e secundário de qualidade do ar regulamentado pela resolução Conama 03/1990.

O indicador sugerido corresponde à soma das concentrações médias anuais de mPM10 para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Brasília.

### 6.3.6- Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

### 6.3.7- Gerente Executivo do Programa

Ruy de Góes Leite de Barros

## 6.4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.542.1346.11MA.0001	Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental.
18.122.1346.2272.0001	Gestão e Administração do Programa
18.542.1346.001G.0001	Apoio às Inspeções Técnicas Veiculares
18.128.1346.8663.0001	Capacitação para o Controle da Poluição Atmosférica
18.541.1346.09AU.0001	Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do Transporte Urbano

### 6.4.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11MA - Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental.

#### 6.4.1.1 – Objetivo

Melhorar a eficiência e a eficácia da aplicação dos instrumentos de controle ambiental nas



fases de planejamento, implantação e operação de empreendimentos de infra-estrutura e de atividades que causem a degradação do meio ambiente.

#### 6.4.1.2 - Descrição

O controle ambiental de empreendimentos e atividades é estratégico para assegurar que estas se implantem e operem dentro dos princípios que orientam o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, há necessidade de fortalecer as instituições ambientais responsáveis pela aplicação dos instrumentos de controle de tal forma que essas estejam capacitadas, tanto em nível federal como estadual, para atuar com eficiência e eficácia no planejamento e definição de critérios de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento de Programas Setoriais, bem como em projetos de desenvolvimento.

#### 6.4.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
SISTEMA MODERNIZADO	% de execução física	3	0

#### 6.4.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.520.000	602.700	917.300	917.300	917.300

#### 6.4.1.5 – Resultados Alcançados

As atividades realizadas em 2005 utilizaram recursos de restos a pagar de 2003. O recurso financeiro foi repassado em dezembro de 2004 para o Projeto PNUD BRA/00/020.

Esta ação faz parte do Contrato de Empréstimo N° 1013/SF - BR/BID celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 1999 e possui um Componente de Licenciamento Ambiental que é dividido em 3 subcomponentes:

- Subcomponente 1: Fortalecimento Técnico do Sistema do Licenciamento Ambiental Federal - SLAF (execução IBAMA, por meio de convênios com a SQA que repassa os recursos de seu orçamento para aquele órgão);
- Subcomponente 2: Modernização dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental (execução IBAMA e SQA);
- Subcomponente 3: Desconcentração das Atividades de Licenciamento Ambiental (execução IBAMA e SQA).





Em 2005 o subcomponente do Ibama não foi executado tendo em vista que não houve repasse de recursos orçamentários e financeiros, devido à inadimplência daquele órgão perante alguns órgãos federais.

O Subcomponente 2 – Modernização dos procedimentos para o licenciamento ambiental executou as seguintes atividades:

As atividades foram programadas objetivando o desenvolvimento de estratégias para tratar temas relacionados: às competências do licenciamento ambiental, regularização ambiental de empreendimentos do setor elétrico, licenciamento ambiental dos assentamentos para reforma agrária, licenciamento ambiental para atividades da agroindústria, introdução de novos instrumentos de gestão objetivando a análise ambiental integrada de bacias hidrográficas, licenciamento ambiental de obras de infra-estrutura sanitária, avaliação de planos de emergência individuais elaborados para os empreendimentos licenciados, disponibilização de informações sobre o processo de licenciamento e estudos ambientais por meio do portal de licenciamento ambiental, acompanhamento da agenda do setor elétrico, acompanhamento da agenda do setor de transporte e cooperação com o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT na área nuclear.

a) Avaliação Ambiental Integrada de Bacia:

A Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica é um estudo inovador que objetiva identificar e avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto dos aproveitamentos hidrelétricos em planejamento, construção e operação situados em uma mesma bacia. Seus resultados devem indicar as melhores relações entre a utilização dos recursos hídricos para geração de energia e a integração com os aspectos ambientais particulares da bacia hidrográfica.

Com vistas ao atendimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal e demais atores, o Ministério coordenou a elaboração do Termo de Referência – TR para a avaliação ambiental integrada dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia do rio Uruguai. Foram realizadas várias reuniões técnicas e dois seminários com técnicos do IBAMA, da Agência Nacional de Águas, órgãos ambientais dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Ministério de Minas e Energia e Empresa de Energia Elétrica, com o intuito de construir o referido documento. O TR foi entregue ao MME no início de abril. A execução do estudo está a cargo da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. O MMA está, em conjunto com o IBAMA e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS de Goiás e Minas Gerais, revisando o TR da bacia do rio Paranaíba, apresentado pela EPE.

Além deste, foram elaborados os Termos de Referência para Avaliação Ambiental Integrada das bacias dos Rios Parnaíba, Tocantins e formadores do Tocantins, Doce, Tapajós e Araguaia.

b) Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (Disponibilização de Informações sobre o



### Licenciamento Ambiental Nacional)

O Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, desenvolveu o Portal de Licenciamento Ambiental Nacional, cujo lançamento ocorreu em 06 de junho de 2005, quando foram assinados os Termos de Adesão com os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Goiás, Paraná, Bahia e IBAMA.

O Objetivo geral do Portal é a integração das informações sobre o licenciamento ambiental disponíveis nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, com a responsabilidade de coletar, compatibilizar, organizar e disseminar essas informações, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e a integração do SINIMA.

A construção do Portal envolveu um amplo processo de articulação institucional onde o MMA e OEMAs acordaram sobre a metodologia proposta e os temas prioritários para abordagem: atividades agropecuárias, energia, mineração, petróleo, saneamento, transportes e uso dos recursos naturais (carcinicultura).

Na primeira etapa foram consolidadas as informações sobre o estágio atual dos processos de licenciamento ambiental do IBAMA e dos órgãos de meio ambiente em 7 estados: Bahia (CRA), Ceará (SEMACE), Goiás (AGMA), Minas Gerais (FEAM), Paraíba (SUDEMA), Paraná (IAP) e Rio Grande do Sul (FEPAM).

A segunda etapa iniciou-se com a articulação institucional para incorporação dos estados de São Paulo, Acre, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Tocantins, Amapá e Rondônia.

Como resultados esperados estão a transparência e a democratização da informação sobre o licenciamento ambiental em todo o país; suporte para a formulação de políticas e diretrizes de ação do MMA; tratamento integrado e transversal da informação sobre licenciamento entre órgãos de meio ambiente; acompanhamento do licenciamento ambiental de atividades /empreendimentos; contribuição para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas na área de licenciamento ambiental; e divulgação do licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

Como um mecanismo de participação da sociedade, o Portal objetiva dar informações a sociedade civil, instituições oficiais, ONGs, estudantes, professores, pesquisadores, profissionais de meio ambiente, empreendedores e demais interessados no tema, sobre dados e estatísticas sobre o licenciamento ambiental no país, participação em enquetes com sugestões ou fornecendo informações a serem incorporadas no *site*.

### Componente 3 – Desconcentração das Atividades de Licenciamento Ambiental

Foram realizados seminários voltados para o Licenciamento Ambiental – LA com objetivo



de harmonizar os procedimentos de LA no âmbito dos órgãos ambientais das três esferas de governo, resguardadas as especificidades ambientais, visando o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

Treinamento para o licenciamento de empreendimentos prioritários

Curso realizado:

a) Treinamento em *XML/Web Service* para o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental com 14 participantes dos estados da BA, CE, GO, MG, PB, PR, RS, e IBAMA.

Seminários realizados:

a) 3 Seminários sobre Plano de Emergência Individual – PEI que objetivaram proporcionar maior compreensão e posterior avaliação dos planos elaborados pelos empreendimentos do setor de petróleo e gás no processo de licenciamento ambiental, à que se refere a Lei 9966 de 2000 e Resolução CONAMA 293 de 2001, com a participação de 66 técnicos dos órgãos de meio ambiente dos Estados de AL, CE, ES, PA, PE, MS, RN, RS e TO;

b) 2º Seminário Nacional sobre Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, 03 de março de 2005, em Caxias do Sul/RS com 150 participantes. O evento contou com o apoio da Casa Civil da Presidência da República, Ministério Público Federal, Ministério de Minas e Energia, IBAMA, ANA, FEPAM/RS e FATMA/SC e teve como objetivo a divulgação da metodologia para aplicação da AAI de Bacias Hidrográficas para analisar a sinergia de impactos ambientais de empreendimentos hidrelétricos localizados em uma mesma bacia hidrográfica;

c) Seminário Nacional sobre o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários visando a simplificação do LA para empreendimentos de pequeno e médio porte Participação de 80 pessoas, Brasília, 07 a 10 de março de 2005;

d) 1º Seminário Técnico de Integração dos Órgãos Ambientais – CONAMA 273; São Paulo, 15 a 17 de maio de 2005;

e) Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, realizado em Brasília/DF no período de 19 à 23 de setembro de 2005, com 170 participantes, e teve como objetivos: integrar e promover a troca de experiências entre os atores envolvidos no Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária; avaliar a aplicação da Resolução CONAMA 289/2002; e discutir propostas para harmonização de procedimentos e critérios para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, a serem levados ao CONAMA, em cumprimento ao Artigo 15 da Resolução CONAMA 289/2001;



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005

Estiveram presentes ao evento representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS, OEMAS, INCRA, IBAMA, Agência Nacional de Águas – ANA, Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de terras – ANOTER, Fórum Brasileiro de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento- FBOMS e dos seguintes movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF;

f) O Seminário de Licenciamento Ambiental de Destinação de Resíduos Sólidos, com 105 participantes, realizado no período de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2005, em Brasília-DF teve como objetivos: a revisão de Resolução CONAMA, referente ao assunto, reunir órgãos de meio ambiente estaduais, distrital e federal para discutir o licenciamento sobre a disposição final e formas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, da construção civil e de serviços de saúde além de promover a troca de experiências com vistas a propiciar a harmonização procedimentos aplicados ao processo de licenciamento ambiental, respeitadas as especificidades ambientais regionais. Os painéis abordaram os Principais Aspectos e Conflitos do Licenciamento ambiental; Oportunidades e Perspectivas para Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos e da Construção Civil;

g) Workshop diálogo técnico sobre Avaliação Ambiental Estratégica - AAE e planejamento no Brasil, para técnicos do governo federal, cujo objetivo é a inserção da AAE como instrumento de planejamento e gestão no ciclo de planejamento do Governo Federal.

As atividades realizadas adicionalmente concorreram para o fortalecimento do licenciamento ambiental nacional, na medida em que foram capacitados vários técnicos dos órgãos ambientais licenciadores, corroborando para a harmonização de procedimentos e padronização de critérios técnicos para os temas debatidos.

O fortalecimento do sistema de licenciamento nacional, igualmente contribui para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SINAMA, que congrega todos os órgãos ambientais licenciadores, organizações não governamentais, entidades de governo etc.

Igualmente, as atividades desenvolvidas intensificaram a articulação entre os órgãos de governo, reforçando a transversalidade institucional, que preconiza a inserção do componente ambiental no planejamento das políticas públicas.

Nesse contexto, ressalta-se o licenciamento prévio dos empreendimentos do setor elétrico, previamente aos leilões de energia, o que assegura mais segurança e menor incerteza ao investidor, e assegura maior segurança ambiental.



#### **6.4.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar**

O problema de execução foi gerado pela inadimplência do IBAMA durante o exercício de 2005. Os recursos previstos para aquele órgão em 2005 por meio de convênio MMA/IBAMA não foram repassados. O orçamento foi, então, empenhado para execução das atividades por meio do projeto PNUD BRA/00/020.

#### **6.4.1.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Moema Pereira Rocha de Sá– Coordenadora de Ação	Assinatura
---	------------



## 6.4.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 - Gestão e Administração do Programa

### 6.4.2.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

### 6.4.2.2 - Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

### 6.4.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada

### 6.4.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
864.208	389.583	474.625	474.625	474.625

### 6.4.2.5 – Resultados Alcançados

Atividades e produtos realizados na ação GAP em 2005:

1- Acidentes com derramamento de óleo:



#### a) Projeto de Decreto do Plano Nacional de Contingência - PNC

Foram realizadas discussões sobre a formatação da proposta de decreto, visando contemplar um arranjo de estrutura organizacional que ajuste interfaces com outras legislações, como, por exemplo, o Decreto 5.376 (dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC) e o Decreto 5.098 (dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos Químicos Perigosos - P2R2).

b) Está sendo acompanhada a elaboração de um procedimento (sistema) para recebimento e repasse de comunicação de incidente de derramamento de óleo por meio do sistema denominado SISNÓLEO, com enfoque na sistematização e disponibilização de informações ambientais para a preservação do meio ambiente nas áreas de influência das atividades da indústria de petróleo e no enquadramento das atividades petrolíferas no ordenamento dos espaços e recursos naturais. A versão preliminar foi entregue, estando em avaliação pelos técnicos.

c) Foi lançada uma Consulta Pública para a revisão da Resolução CONAMA 293 (Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração). A revisão será realizada em meados de 2006 e para isso a consulta está sendo realizada entre setembro de 2005 e março de 2006 e pretende receber contribuições de órgãos de meio ambiente e da sociedade. Com isso, o MMA, por meio de sua Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Ambientais - SQA, promove os instrumentos de participação social em suas decisões.

## 2- Sistema de Gestão Ambiental - SGA

Implementação de SGA em dois Parques Nacionais:

O projeto de implementação de Sistema de Gestão Ambiental - SGA em 02 (duas) Unidades de Conservação - UC está em fase de andamento, e em junho de 2005, foi indicada a primeira UC onde o projeto será iniciado. A UC indicada foi o Parque Nacional do Iguaçu – PARNA IGUAÇU no Paraná. O MMA realizou reuniões técnicas com o IBAMA e consultores do SEBRAE para discussão da metodologia de implementação do Plano de Melhoria de Desempenho Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental em Unidades de Conservação.

Foi realizado em maio, um Workshop sobre a Implementação de SGA no Parque Nacional da Tijuca - PNT, com técnicos do MMA, consultores do Sebrae-DF, representantes do PNT e outras entidades associadas ao parque.

## 3- Auditoria Ambiental

a) Foram capacitados 45 técnicos de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs,



IBAMA e INMETRO para avaliação e realização de auditorias ambientais conforme a Resolução CONAMA 306/2002. Para tanto, promoveram-se 2 Cursos, cuja carga horária foi de 40 horas/course, com a participação de 20 técnicos, em média, em cada um dos citados eventos.

b) Foram capacitados 80 auditores ambientais na Interpretação da Resolução CONAMA 306/2002. Para tanto, foram promovidos 4 Cursos, cuja carga horária foi de 8 horas/course, com a participação de 20 auditores, em média, em cada um dos eventos.

c) Foram capacitados 52 multiplicadores da Resolução CONAMA 306/2002, tendo sido realizados 3 Cursos com carga horária de 8 horas/course e participação de 17 instrutores, em média, em cada um dos eventos.

d) Criação de banco de dados. O Banco de Dados com os nomes, telefones e e-mails dos Auditores Ambientais registrados e certificados no SBAC para execução das Auditorias Ambientais a que se refere a Resolução CONAMA 306, encontra-se já disponibilizado nos sítios do MMA (SQA/Auditoria Ambiental) e do CIC/RAC – entidade creditada no INMETRO para certificação e registro de Auditores Ambientais.

#### 6.4.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

Em 2005, durante a Revisão do PPA para o exercício 2006, foram criadas novas ações finalísticas. Dessa forma, a ação GAP em 2006 executará apenas despesas com pessoal terceirizado, diárias e passagens.

#### 6.4.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Reinaldo <sup>a</sup> Vasconcelos – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------





### 6.4.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001G - Apoio às Inspeções Técnicas Veiculares

#### 6.4.3.1 – Objetivo

Implementar os sistemas de inspeções veiculares previstos no Código de Trânsito Brasileiro, tendo como objetivo a redução da emissão de gases poluentes provenientes de veículos automotores.

#### 6.4.3.2 - Descrição

A inspeção periódica dos veículos automotores em circulação integra as ações desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente para a redução da emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nos centros urbanos, consubstanciadas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE. Será concedido apoio aos estados da federação na construção de sua estratégia do Programa de Controle da Poluição provocada por Veículo automotor – PCPV.

#### 6.4.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
PROJETO APOIADO	UNIDADE	1	0

#### 6.4.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
0	0	0	0	0

#### 6.4.3 5 – Resultados Alcançados

Em virtude do contingenciamento do orçamento de 2005 e devido a não aprovação do PL 5.979/2001 esta ação não foi executada em 2005.

Em 2005 não houve avanços na discussão do PL no âmbito do Congresso Nacional. A decisão sobre o referido projeto de lei reveste-se de importância para o avanço das atividades da inspeção veicular, pois pretende responder a questões como a forma da inspeção, se federal ou estadual. O referido PL pretende consolidar em uma legislação



única as diretrizes gerais para a implantação conjunta das inspeções ambiental e de segurança veicular.

**6.4.3.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

--

**6.4.3.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------



#### 6.4.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8663 - Capacitação para o Controle da Poluição Atmosférica

##### 6.4.4.1 – Objetivo

Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente dos estados para o controle da poluição de forma a reduzir seu impacto sobre a qualidade do ar e sobre a saúde humana.

##### 6.4.4.2 - Descrição

Harmonização da metodologia do Inventário Nacional de Poluentes do Ar, visando à coleta e tratamento de dados dos parâmetros previstos nas normas legais. Elaboração de proposta para normalização dos procedimentos de Monitoramento da Qualidade do Ar através de reuniões técnicas e seminários com a participação dos técnicos dos órgãos estaduais de maior excelência no tema. Promoção da troca de experiência para adoção dessas normas pelos demais OEMAS.

##### 6.4.4.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	66	0

##### 6.4.4.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.460.256	76.000	1.384.256	1.384.256	1.384.256

##### 6.4.4.5 – Resultados Alcançados

Em 2005, a manutenção da área técnica responsável pelas ações gerenciadas no âmbito do Programa foram executadas por esta ação. Para a realização da atividade fim da ação, os recursos foram repassados para o Projeto PNUD BRA/00/020, Subprojeto 1 cujo objetivo é “Apoiar as ações de promoção da melhoria da qualidade do meio ambiente, aprimorando o monitoramento e o controle ambiental”. Porém, a capacitação será realizada em abril/maio



de 2006. Portanto, a execução de seminários para treinamento de pessoal para Controle da Poluição do Ar, ainda está em fase de planejamento.

A execução do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por fontes móveis, fixas e agrossilvopastoris tiveram as seguintes realizações em 2005:

O Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas é o final de um processo que depende da definição metodológica, da inserção, no âmbito do Cadastro Técnico Federal, de um sistema de coleta de dados preenchido pelas empresas e que geram estatísticas.

#### a) Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Fontes Fixas

A metodologia do Inventário de Fontes Fixas foi definida tendo como base de dados o Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA e aplicando os fatores de emissão recomendados pela Environmental Protection Agency (EPA) dos Estados Unidos, os denominados AP-42.

Foi inserido, no CTF - IBAMA, um formulário específico para coleta de dados de emissões atmosféricas oriundas dos processos de transformação de matérias-primas.

No momento atual, o processo de aquisição das informações está a cargo da equipe responsável pelo Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Estão sendo realizados, alguns ajustes para que todas as empresas forneçam os dados relativos às suas emissões para que se possa construir o Inventário propriamente dito.

Até 31/03/2006, as empresas deverão preencher seus dados no CTF do Ibama, que por sua vez contempla o relatório de emissões atmosféricas. Dessa forma, haverá dados suficientes para uma primeira aproximação do Inventário de fontes fixas.

#### b) Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Fontes Móveis

O Relatório final documentando todas as etapas sobre a Metodologia de Implementação do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Fontes Móveis foi concluído. O relatório é constituído pela metodologia de cálculo propriamente dita e por uma proposta de Termo de Referência a ser executado pelo Ministério do Meio Ambiente. O Termo de Referência prevê a contratação de serviços de pessoa física ou jurídica para levantamento de dados, capacitação e sistematização do Inventário a partir do fortalecimento do Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

#### c) Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Fontes Agrossilvopastoris

Parte da aquisição de dados para as fontes agrossilvopastoris está sendo obtido junto ao Cadastro Técnico Federal, embora trata-se de um percentual muito baixo de informação sobre esse tipo de emissão, visto que não contemplam as grandes queimadas agrícolas e



silvestres, mas apenas o arraste eólico das empresas. As fontes de poluentes atmosféricas agrossilvopastoris são muito complexas de serem analisadas, em virtude: (a) das grandes dimensões do território nacional, necessitando a obtenção de dados indiretos, já que não existe um controle eficaz das áreas com permissão de queima; (b) da dificuldade em mensurar as áreas queimadas, visto que os dados são obtidos indiretamente por imagens de satélites, que nem sempre registram as dimensões corretas em decorrência da periodicidade baixa destes registros (15 dias para sobrevoar uma mesma área); (c) da complexidade em definir os biomas que foram queimados, havendo em certos caso a necessidade de agrupar biomas muito distintos, obtendo desta forma um fator de emissão irreal. Todavia, para solucionar tais problemas, recentemente foi proposta uma estratégia para segmentação da coleta de dados iniciando pela cultura da cana denominada “Avaliação das queimadas em plantações de cana-de-açúcar”, que terá como uma das metas a elaboração de um Inventário das Emissões de Poluentes Atmosféricos gerados pelas queimadas em canaviais. Para as demais fontes de poluentes agrossilvopastoris estão sendo feitos estudos específicos, tentando, desta forma, contornar os problemas apresentados.

#### d) Agenda Saúde e Meio Ambiente

O Estudo de Qualidade do Ar e Efeitos na Saúde da População no município do Rio de Janeiro, iniciado em 2001, mediante celebração de Convênio entre o MMA e o Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva - CEPESC, foi publicado e o convênio finalizado.

#### e) Acordo de Cooperação Técnica entre a SQA/MMA e a Fundação Hewlett

Foi celebrado no dia 04 de novembro um Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre a SQA/MMA e a Fundação Hewlett, visando o desenvolvimento de atividades relativas à poluição atmosférica e seus efeitos no meio ambiente e na saúde humana, com intuito de subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas de prevenção e controle de poluição do ar.

No âmbito do Acordo, caberá à SQA/MMA: (a) propor os Termos de Referência relativos aos projetos a serem desenvolvidos; (b) validar os produtos parciais e finais, (c) intermediar o acesso aos conhecimentos acumulados e disponibilizar os instrumentos normativos na área sob sua competência; (d) designar servidores para o acompanhamento das atividades resultantes deste Acordo; (e) identificar as instituições / consultores que executarão as atividades; (f) aprovar os Planos de Trabalho propostos pelas instituições / consultores que executarão as atividades; sendo estes dois últimos tópicos em conjunto com a Fundação Hewlett. Até o momento foram aprovados três Termos de Referência para a execução dos trabalhos em 2006.

#### 6.4.4.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

Os recursos para a capacitação só foram liberados em dezembro de 2005.



#### **6.4.4 7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Reinaldo A. Vasconcelos – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------



#### 6.4.5 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09AU - Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do Transporte Urbano

##### 6.4.5.1 – Objetivo

Promover a melhoria da gestão ambiental dos transportes urbanos e da qualidade de vida urbana, minimizando os impactos negativos destes sobre o meio ambiente.

##### 6.4.5.2 - Descrição

Incorporação de diretrizes ambientais na política, no planejamento e nos projetos estaduais e municipais de gestão e operação dos transportes urbanos, por meio de desenvolvimento de projetos-piloto de gestão dos impactos destes no meio ambiente, em conjunto com municípios brasileiros com população acima de um milhão de habitantes (13 municípios). Os projetos serão constituídos por propostas de instrumentos institucionais, legais e econômicos, visando à racionalização da gestão dos sistemas de transportes públicos urbanos, o controle da poluição (sonora, visual e atmosférica), o incentivo ao uso de combustíveis menos poluentes, o gerenciamento da demanda por transporte e ao aumento da segurança do trânsito, buscando a melhoria da qualidade dos espaços urbanos. Os projetos envolvem, ainda, estudos e ações educativas para a gestão ambiental de sistemas de transportes urbanos e suas relações com a gestão territorial e com a sustentabilidade ambiental, e deverão ser desenvolvidos em articulação com o Ministério das Cidades.

##### 6.4.5.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	UNIDADE	1	0

##### 6.4.5.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
30.000	30.000	0	0	0

##### 6.4.5.5 – Resultados Alcançados



--

**6.4.5.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

--

**6.4.5 7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Cristina de Queiroz Telles Maffra – Coordenador de Ação	Assinatura
---	------------





## 7. PROGRAMA: 1349 - LITORAL BRASILEIRO SUSTENTÁVEL

### 7.1- OBJETIVOS:

#### 7.1.1- Objetivo Geral

Promover o uso adequado dos espaços e recursos ambientais da Zona Costeira e marinha

#### 7.1.2 - Objetivo Específico

### 7.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 7.2.1 – Nome

- Taxa da faixa costeira com plano de intervenção na orla marítima
- Taxa de mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo

#### 7.2.2 – Descrição

- Documento elaborado pelos agentes executivos do Projeto Orla, onde estão estabelecidas as estratégias que os municípios adotarão para executar a gestão da orla marítima.
- Mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas, no nível estratégico (uma carta para cada Bacia Marítima), no nível tático ou intermediário (cartas de todo o litoral das bacias) e no nível operacional ou de detalhe (para os locais de maior risco / sensibilidade).

#### 7.2.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
X	X	

#### 7.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

- Relação percentual entre a extensão da orla marítima com plano de intervenção e a extensão total da orla marítima.
- Relação percentual entre a extensão de área mapeada quanto à sensibilidade ambiental e a extensão total da orla marítima.



### 7.2.5 – Avaliação do Resultado

O desenho incipiente do Programa, com ações intra-setoriais, constituía um primeiro passo para a adoção de medidas inovadoras de gestão pública, facilitando o desenvolvimento de ações integradas de fiscalização e monitoramento, além de permitir a individualização da zona costeira no sistema de planejamento nacional, como uma Unidade.

O desempenho observado na execução das duas ações finalísticas favoreceram a mobilização e a descentralização da gestão, mediante a elaboração dos planos de intervenção (referente à gestão da orla marítima); bem como a geração de procedimentos institucionais (referente ao mapeamento de sensibilidade ambiental).

A exclusão do Programa da estrutura do PPA 2004–2007, realizada em junho/2005, retorna à situação anterior, dificultando a organização e priorização das ações de governo frente aos ambientes costeiros e marinhos, predominando uma atuação temática, apesar dos esforços interinstitucionais de revisão e estruturação do Plano de Ação Federal, aprovado em dezembro pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

### 7.2.6 – Gerente do Programa

Rudolf de Noronha

### 7.2.7 – Gerente Executivo do Programa

Victor Zular Zveibil

## 7.3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
18.541.1349.09HN.0001	Apoio à Implementação dos Planos Municipais de Intervenção na Orla Marítima
18.542.1349.6635.0001	Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis
18.122.1349.2272.0001	Gestão e Administração do Programa

### 7.3.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09HN – Apoio à Implementação dos Planos Municipais de Intervenção na Orla Marítima

#### 7.3.1.1 – Objetivo

Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação planejada dos espaços e ao uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.



### 7.3.1.2 – Descrição

É uma ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), com desdobramento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) e às Gerências Regionais do Patrimônio da União (GRPUs), além da esfera de governo municipal, abrangendo 285 municípios, nos 17 estados litorâneos. Engloba duas vertentes: (a) Assistência a municípios, em termos da base normativa de planejamento do uso e ocupação do solo; diretrizes para elaboração/adequação dos planos diretores; desenvolvimento de mecanismos de financiamento para execução de projetos sustentáveis nas áreas de infra-estrutura, turismo, ordenamento paisagístico; setorização e sinalização de áreas de esporte e lazer, e promoção de ações de comunicação e divulgação dos resultados do Projeto; (b) Capacitação de gestores municipais (governo, setor produtivo e ONGs) para aplicação do Projeto Orla.

### 7.3.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Município apoiado	unidade	12	10

### 7.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADADO
403.400	0	403.400	403.400	403.400

### 7.3.1.5 – Resultados Alcançados

Assistência técnica a 10 municípios, com a capacitação de gestores locais.  
Legitimação de 10 Planos de Intervenção, no âmbito municipal, por meio de audiência pública.

- Consolidação e publicação do “Guia de Implementação do Projeto Orla”.
- Compatibilização das ações de planejamento emanadas do Projeto Orla com o Programa de Regularização Fundiária, em Fortaleza.
- Celebração de 13 (treze) convênios entre municípios, SPU/MP e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos para o compartilhamento da gestão da orla marítima.

### 7.3.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)



As diferentes realidades locais e regionais têm refletido um baixo comprometimento na implementação do Projeto. Além disso, tem-se observado uma falta de integração das ações propostas nos Planos de Intervenção com outros instrumentos de gestão territorial. Como forma acessória, foi publicado o “Guia de Implementação do Projeto Orla”, elaborado a partir das contribuições, análises e sugestões recolhidas nos últimos anos de execução do Projeto.

#### **7.3.1.7 – Responsável pela Implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 7.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis

#### 7.3.2.1 – Objetivo

Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos e combate ao derramamento.

#### 7.3.2.2 – Descrição

A ação será iniciada com a realização da execução do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas do Espírito Santo, Campos, Santos, Camamu-Almada, Cumuruxatiba, Mucuri, Jequitinhonha, Pará-Maranhão e Barreirinhas, no nível estratégico (uma carta para cada Bacia Marítima, em escala da ordem de 1:500.000), no nível tático ou intermediário (cartas de todo o litoral das bacias, em escala de 1:150.000) e no nível operacional ou de detalhe (para os locais de maior risco / sensibilidade, em escalas de 1:10.000 a 1:50.000); o mapeamento deverá atender a todos os graus de derramamento de óleo, desde grandes vazamentos em áreas remotas (*off-shore*), passando por derramamentos de porte médio a alguma distância das instalações da indústria do petróleo (ao largo do litoral), até derrames localizados (em pontos específicos da costa).

#### 7.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Carta produzida	unidade	18	8

#### 7.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.3467.556	246.500	1.121.056	752.556	752.556



### 7.3.2.5 – Resultados Alcançados

Os recursos disponíveis foram suficientes para a conclusão da Carta de Sensibilidade Ambiental ao Óleo Estratégica, que engloba todo o litoral das bacias marítimas de Sergipe-Alagoas e Pernambuco-Paraíba, e, também, para a finalização das sete Cartas Táticas. As informações foram disponibilizadas em meio digital, por meio de um Banco de Dados.

### 7.3.2.6 – Medidas implementadas e/ou a implementar (No caso de problemas na execução)

O ineditismo e complexidade na implementação desse trabalho, associado à insuficiência de recursos, vem demandando a adoção de alternativas para a identificação de entidades com capacidade de apoiar a elaboração dos mapeamentos previstos. Além disso, vem sendo discutido um acordo de cooperação técnica junto ao setor da indústria do petróleo, no sentido de obter recursos incrementais para agilizar e, ao mesmo tempo, intercambiar as iniciativas existentes.

### 7.3.2.7 – Responsável pela implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 7.3.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 – Gestão e Administração do Programa

#### 7.3.3.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.

#### 7.3.3.2 – Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativo; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

#### 7.3.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada

#### 7.3.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADADO
211.921	77.353	134.568	134.568	134.568

#### 7.3.3.5 – Resultados Alcançados

Foram disponibilizados serviços especializados às atividades de suporte técnico às demais ações finalísticas do Programa, em especial na identificação e adoção de alternativas para os trabalhos de mapeamento de sensibilidade ambiental da zona costeira e marinha.

#### 7.3.3.6 – Medidas implementadas e/ou a implementar (No caso de problemas na execução)



Com a exclusão do Programa Litoral Brasileiro Sustentável, as despesas previstas nessa ação deverão ser reprogramadas para as próprias ações finalísticas atendidas, ou seja, os custos administrativos passarão a integrar “internamente” as ações correspondentes.

**7.3.3.7 – Responsável pela implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------





## 8. PROGRAMA: 8007 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

### 8.1- OBJETIVOS:

#### 8.1.1– Objetivo Geral

Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis.

#### 8.1.2 – Objetivo Setorial

Promover a prevenção da geração e a redução dos resíduos em áreas urbanas e rurais e a adoção de sistemas de gestão e planejamento ambiental.

### 8.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 8.2.1 – Nome

I -Taxa de cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos

##### 18.2.1.1 – Descrição

Pretende medir a população urbana atendida por serviços de coleta direta ou indireta de resíduos sólidos.

##### 8.2.1.2 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
x		

##### 8.2.1.3 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Relação percentual entre a população urbana atendida por serviços de coleta direta ou indireta de resíduos sólidos e a população urbana total.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

#### 8.2.2 – Nome

II – Taxa de municípios com disposição adequada de Resíduos Sólidos Urbanos



### 8.2.2.1 – Descrição

Por disposição adequada de resíduos sólidos, entende-se a disposição passível de licenciamento ambiental, tal como a disposição final em aterros sanitários; destinação a estações de triagem, reciclagem e compostagem.

### 8.2.2.2 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
	X	

### 8.2.2.3 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Relação percentual entre o número de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de municípios com coleta.

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS no PPA está assim?

### 8.2.3 – Nome

#### III – Taxa de cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos

### 8.2.3.1 – Descrição

Pretende medir as residências urbanas atendidas por serviços de coletas seletiva e convencional de resíduos sólidos.

### 8.2.3.2 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
		X

### 8.2.3.3 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Relação percentual entre o número de residências atendidas por serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos e o número de residências atendidas por serviços de coleta de resíduos sólidos.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD



### 8.2.4 – Avaliação do Resultado

As fontes para medição dos indicadores têm seus índices de referência extraídos da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB, realizada em 2000, que tem periodicidade decenal. Estava prevista nova realização da PNSB para 2005. O IBGE alegou falta de recursos financeiros para sua realização. Negociou-se um aporte de recursos de vários parceiros para a realização da Pesquisa. Ao MMA coube a parcela de R\$ 100.000,00. Entretanto, a pesquisa não foi realizada em 2005. Deste modo, não se pode avaliar os resultados alcançados pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos, uma vez que os índices não se encontram atualizados.

### 8.2.5- Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

### 8.2.6.- Gerente Executivo do Programa

Rudolf de Noronha

## 8.3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO MMA QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.541.8007.004B.0001	Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes
18.541.8007.0780.0001	Apoio a Projetos de Aproveitamento Energético das Emissões de Metano resultante de Resíduos Sólidos
18.541.8007.09HU.0001	Apoio à Elaboração de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos em Áreas Urbanas com População entre 30 mil e 250 mil Habitantes
18.128.8007.86AA.0001	Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos
18.122.8007.2272.0001	Gestão e Administração do Programa
18.126.8007.6458.0001	Sistema de Informação em Gestão Ambiental Urbana



### 8.3.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

004B – Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes

#### 8.3.1.1 – Objetivo

Apoiar técnica e financeiramente a execução de projetos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, obras e equipamentos para a disposição final de resíduos, unidades de tratamento e sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos associados a sistemas de gerenciamento integrado e à recuperação de áreas degradadas.

#### 8.3.1.2 - Descrição

Fomentar a execução de projetos locais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos dentro de critérios ambientais, técnicos e operacionais, de saúde, sociais e de suplementação ou complementação de programas do governo federal, visando a recuperação de lixões.

#### 8.3.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	Unidade	1	10

#### 8.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO + CRÉDITO (INCLUINDO EMENDAS)	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
14.940.000	14.122.353	1.260.000	1.258.996	1.258.996

#### 8.3.1.5 – Resultados Alcançados

Referente aos convênios em execução pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos, alguns municípios foram inscritos em restos a pagar em 2003, que não foram pagos no ano seguinte. De forma a sanar essas pendências financeiras, foram alocados recursos provenientes da Secretaria Executiva do MMA para os municípios de Rio Verde (R\$ 300.000,00 em 29/06/2005) e Sorriso (R\$ 317.000,00, em 19/09/2005).

Para concluir o pagamento das parcelas ainda em aberto de outros convênios, a SQA solicitou a aprovação de Crédito Suplementar ao Congresso Nacional. Aprovados os créditos em dezembro de 2005, foram alocados recursos no valor total de **R\$ 1.258.996,00** para os municípios de Naviraí, João Pessoa, Cana Verde e Rio Verde, que possibilitará o aporte de 100% dos recursos alocados, conforme quadro que se segue:



CONVÊNIOS COM ALOCAÇÃO DE RECURSOS			
Item	Município – Estado	Fonte	Valor (R\$)
1	Naviraí - MS	111	332.000,00
2	João Pessoa – PB	111	490.000,00
3	Cana Verde – MG	111	72.800,00
4	Rio Verde – GO	142	147.813,00
5	Rio Verde – GO	111	216.383,00
<b>Total de Recursos alocados</b>			<b>1.258.996,00</b>

Além desses municípios, ficou em aberto a alocação de recursos no valor de R\$ 727.000,00 para o município de Novo Gama – GO, convênio celebrado em 2002 com este Ministério, que se enquadra no mesmo caso dos municípios acima.

Decorrente das emendas individuais e de bancadas, foram celebrados 10 convênios com municípios para apoiar ações na área de Resíduos Sólidos. Das emendas destinadas à Ação “Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes”, foram empenhados **R\$ 1.601.818,00**.

Segue no quadro abaixo a relação de projetos apoiados com os Municípios, os valores empenhados e os objetos do convênio.

ITEM	MUNICÍPIO	UF	VALOR EMPENHADO (R\$)	OBJETO DO CONVÊNIO	POPUL.
1	ALFREDO CHAVES	ES	100.000,00	Apoiar a aquisição de veículo caçamba para coleta de resíduos sólidos urbanos.	13.603
2	CAMPO MOURÃO	PR	120.000,00	Aquisição de caminhão basculante para limpeza pública.	80.420
3	CIANORTE	PR	120.000,00	Apoiar a aquisição de veículo para coleta de resíduos sólidos urbanos.	57.360
4	CORNÉLIO PROCÓPIO	PR	280.000,00	Apoiar a aquisição de equipamentos coletores para transportar resíduos sólidos.	42.690
5	CORONEL FABRICIANO	MG	70.000,00	Implantar o projeto de coleta seletiva no município.	92.216
6	DOURADOS	MS	150.000,00	Apoiar a implantação de uma unidade de reciclagem de resíduos de poda.	149.679
7	JACAREZINHO	PR	341.818,00	Aquisição de equipamentos para operação de aterro sanitário no município	33.470
8	JALES	SP	100.000,00	Adquirir um veículo compactador para coleta de resíduos sólidos.	42.332
9	LAPA	PR	200.000,00	Apoiar aquisição de veículo para coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos e ações de fomento para implementação de programa de educação ambiental.	24.036
10	PARANAVAÍ	PR	120.000,00	Apoiar aquisição de veículo para coleta convencional de resíduos sólidos urbanos.	70.245
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.601.818,00</b>		<b>606.051</b>



### **8.3.1.6– Medidas Implementadas e/ou a Implementar**(No caso de problemas na execução

Para esta Ação 004B – “Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes” houve um acréscimo emendas parlamentares de aproximadamente 275% de recursos financeiros em comparação ao ano anterior, aumentando de R\$ 3.950.000,00 em 2004 para R\$ 14.840.000,00 em 2005.

O limite inicial liberado foi de R\$ 1.350.000,00 e foi considerado insignificante em relação ao valor total de recursos de emendas parlamentares (9,09%) e à demanda reprimida de solicitações dos parlamentares e dos Prefeitos distribuídos por todo o Brasil. Em 2005, de julho a dezembro, foram feitas mais de 130 solicitações de formalização de convênios, a maior parte encaminhada por Deputados Federais, Senadores e Prefeitos Municipais,

buscando apoio técnico e financeiro para projetos de Gestão Ambiental e de destinação final de resíduos sólidos. A grande maioria de solicitações é para aquisição de equipamentos para coleta e operação de aterros. Em um número menor, foram feitas solicitações de implantação de aterros e recuperação de áreas degradadas.

Do montante de R\$ 14.840.000,00 aprovado na Lei Orçamentária 2005 para as emendas parlamentares, foram descontingenciados recursos da ordem de 10,80%. A execução do Programa ficou extremamente comprometida pelo elevado contingenciamento orçamentário. Com esse corte, fica comprometido o alcance das metas almejadas pelo Programa.

Além disso, a liberação de recursos nos últimos 45 dias do ano, com o prazo limite para empenho fixado em 23/12/05, prejudicou a celebração dos convênios: para alguns municípios não houve tempo hábil para complementação ou regularização das pendências relativas à documentação institucional ou para a preparação dos documentos técnicos necessários à formalização do convênio. Há que ser observada, também, a baixa capacidade dos municípios para a elaboração dos projetos e planos necessários, como também pela dificuldade na consecução da licença ambiental.

Como meio de facilitar o acesso dos municípios aos recursos do Programa, será implementado em 2006 um projeto de capacitação de gestores e técnicos dos municípios para elaboração de projetos para obtenção de recursos, execução e prestação de contas. Para tanto, será revisado e ampliado o **Manual de Apoio a Projetos – Gestão Ambiental Urbana**, a ser apresentado aos municípios nas Oficinas Regionais e no Seminário Nacional de capacitação. Já está em vias de implementação um controle da área responsável pelo recebimento e análise de projetos, como forma de agilizar e responder de maneira mais ágil às necessidades dos municípios.

O Programa deve trabalhar para conseguir a liberação de limite orçamentário em um percentual no mínimo proporcional às liberações de valores do orçamento do Ministério do Meio Ambiente. Também é importante que seja ampliado o prazo para liberação dos limites, de modo a permitir que os proponentes possam atender aos requisitos necessários à celebração dos convênios.

### **8.3.1.7 - Responsável pela Implementação**



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 8.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0780 - Apoio a Projetos de Aproveitamento Energético das Emissões de Metano resultante de Resíduos Sólidos

#### 8.3.2.1 – Objetivo

Apoiar o desenvolvimento de projetos e difundir informações relativas à redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa e da redução da geração de resíduos sólidos, seu reaproveitamento com potencial energético.

#### 8.3.2.2 - Descrição

Apoiar projetos municipais para a redução das emissões de gás metano originárias dos locais de disposição final de resíduos sólidos e associá-los aos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL; realizar estudos complementares com instituições de pesquisa, universidades e ONGs com a finalidade de coletar informações específicas para o aproveitamento do potencial energético relacionado com a disposição final destes.

#### 8.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	1	1

#### 8.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
50.000	39.041	10.959	0	0

#### 8.3.2.5 – Resultados Alcançados

Como resultado da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades, foi elaborado o “Projeto para Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento do Limpo (MDL), na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos”, financiado pelo Banco Mundial com recursos de US\$ 979.300,00 oferecidos pelo fundo PHRD (*Policy and Human Resources Development Fund*) que opera com recursos do Governo Japonês.

O projeto tem como objetivos:

1) Capacitar técnicos de prefeituras para elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e aplicação do MDL em projetos de captação e tratamento de gases gerados em locais de destinação final de resíduos;





2 Implantar um portal de informações na rede mundial de computadores com acesso livre, onde as prefeituras, ONG's, Universidades e sociedade civil, possam obter informações sobre gerenciamento de resíduos sólidos, alternativas técnicas, parcerias, fontes de financiamento, MDL e demais matérias afins ao tema;

3 Elaborar cerca de 30 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para aproveitamento de gases gerados em locais de destinação final de resíduos sólidos, para obtenção de créditos de carbono baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo previsto no Protocolo de Quioto.

No ano de 2005 foi instituído o Comitê Técnico que tem como função acompanhar, avaliar e propor diretrizes para a perfeita execução do Projeto que contou com a participação de técnicos especializados e analistas ambientais de duas diferentes diretorias do MMA/SQA (Diretoria do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial e Diretoria do Programa de Qualidade Ambiental).

No âmbito da Ação, foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de Edital para a seleção dos municípios que serão beneficiados pelos estudos de viabilidade;

- Realização de uma Vídeo Conferência com transmissão para todas as Unidades da Federação e participação de autoridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais por meio do portal GDLN.

- Seleção de 30 municípios distribuídos entre todas as regiões do País.

Realização de 03 Oficinas de Capacitação nas cidades de Recife/PE (26/04), Brasília/DF (28/04) e Guarulhos/SP (29/04) para difundir os conceitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aos técnicos das prefeituras e esclarecer eventuais dúvidas sobre o Edital e informação sobre como os municípios podem participar do programa.

- Seleção de entidade para realizar a capacitação dos técnicos municipais e detalhamento da metodologia a ser aplicada nestas oficinas.

- Lançamento de convite público para a seleção dos consultores baseado no CV e critérios técnicos pré-estabelecidos, que participarão da elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica.

Realizada mais uma vídeo conferência com os municípios selecionados e com os consultores previamente escolhidos, com objetivo de esclarecer dúvidas sobre o início dos trabalhos e a metodologia a ser empregada nas demais etapas do Projeto.



Para 2006 estão previstas as etapas de capacitação dos técnicos municipais das cidades selecionadas no projeto e das cidades periféricas que manifestarem interesse em função do número de vagas a serem ofertadas.

Serão elaborados 30 estudos de viabilidade técnica, econômica e institucional visando o aproveitamento dos gases gerados nas áreas de disposição final de resíduos sólidos urbanos, baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Será desenvolvido um banco de dados que pretende consolidar informações sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos em todos os níveis da Federação.

#### **8.3.2.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 8.3.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09HU - Apoio à Elaboração de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos em Áreas Urbanas com População entre 30 mil e 250 mil Habitantes

#### 8.3.3.1 – Objetivo

Aumentar a eficiência do processo de gestão ambiental urbana, atenuar os impactos negativos decorrentes das atividades humanas e melhorar a qualidade de vida em cidades selecionadas por meio de estudos e desenvolvimento de projetos.

#### 8.3.3.2 - Descrição

Capacitação de pessoal técnico municipal e apoio à elaboração de projetos demonstrativos de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares em municípios selecionados e estabelecer convênios de cooperação técnica-financeira com associações da sociedade civil, instituições de pesquisa e órgãos municipais de meio ambiente.

#### 8.3.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	4	1

#### 8.3.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
775.000	283.819	491.181	491.181	491.181

#### 8.3.3.5 – Resultados Alcançados

A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos/MMA, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e em parceria com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco e o Ministério da Integração Nacional, realizou o apoio à elaboração, capacitação e seleção de projetos pelo Edital FNMA N° 07/2005, intitulado "Fomento a projetos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos na bacia do São Francisco".

Iniciadas no segundo semestre de 2005, as articulações para a concepção do edital possibilitaram a consolidação da construção da parceria interinstitucional sobre o tema abordado, com ênfase à interface social trazida para discussão.

Concebido com a finalidade de instrumentalizar o FNMA para o apoio a projetos voltados à gestão de empreendimentos sustentáveis, o Edital orientou os objetivos e produtos esperados para a elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a recuperação das áreas degradadas, a estruturação de Associação /Cooperativa de catadores de materiais recicláveis, a revitalização do aterro licenciado e a implementação de ações de tratamento.



Este conceito procurou possibilitar análise comparativa sobre a viabilidade técnico-financeira de um possível investimento nesta modalidade de apoio e avaliar, de forma preliminar, o benefício ambiental a ser gerado pela implantação e implementação do PGIRS e, portanto, a adequação do projeto aos seus objetivos. Desta forma, a construção e implementação do Edital deverá contribuir para o desenvolvimento da Política Nacional de Meio Ambiente por intermédio de ações de âmbito local, segundo critérios e prioridades previamente estabelecidos.

Serão aplicados R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de Reais).

Visando garantir um equilíbrio nos objetivos a serem atingidos, o tema abordado foi tratado à partir de duas chamadas a saber:

**Chamada I** - Apoio à elaboração e implantação: do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS; do Plano Social; do aterro sanitário; do projeto de recuperação de área degradada pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e apoio à estruturação de Associação/Cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

**Chamada II** - Apoio à revitalização de aterro sanitário licenciado, em operação, recuperação de área de disposição final de resíduos (lixões), implementação de ações de tratamento e de programa de inserção sócio-econômica de catadores.

Recursos da ordem de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) foram disponibilizados para o apoio financeiro aos projetos nas duas Chamadas propostas: R\$ 10.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados a atender os projetos voltados à implantação do aterro sanitário e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) destinados a atender à recuperação do aterro licenciado, sendo o valor mínimo por projeto de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e o máximo de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para a Chamada I e valor mínimo por projeto de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e o máximo de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) para a Chamada II.

Participaram do processo de seleção do edital, entidades públicas municipais da administração direta ou consórcios intermunicipais ou associação de municípios, exclusivamente com sede de municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Cada município, inclusive os associados e/ou consorciados, somente puderam participar de uma única chamada. Participaram da chamada os municípios que apresentam população entre 30.000 e 250.000 habitantes, segundo dados oficiais do Censo IBGE para o ano 2000. Os consórcios intermunicipais ou associações intermunicipais, também deveriam apresentar a soma das populações entre 30.000 e 250.000 habitantes, que é a faixa de atuação do MMA no Programa Resíduos Sólidos Urbanos.

Antes da apresentação dos projetos, foram realizados cursos à distância (de 18/10/2005 a 11/11/2005) e presencial, capacitando os interessados para a apresentação de projetos. O MMA realizou também: levantamento de dados secundários e aplicação junto com a CHESF de questionário para levantamento de dados primários em 22 municípios da Bacia; análise e aprovação dos projetos de demanda espontânea; preparação e coordenação da Oficina Inter-Ministerial para definição de diretrizes de atuação na área de saneamento dentro da Bacia do Rio São Francisco



O resultado do Edital foi publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2005, seção 3, página 130. No Relatório final da Câmara Técnica Temporária foram recomendados projetos de 10 municípios na Chamada I (Ouricuri-PE, Porteirinha-MG, Pirapora-MG, Ouro Preto-MG, Bocaiúva-MG, Formiga-MG, Lagoa Santa-MG, Janaúba-MG, Correntina-BA, Barra-BA), num total de R\$ 5.404.735,63. Na Chamada II foram recomendados 4 municípios (Pilão Arcado-BA e Remanso-BA, Paracatu-MG e Araripina-PE), num total de R\$ 1.474.435,14. Nas duas chamadas os recursos apoiados perfazem o valor total de R\$ 6.879.170,77. Os convênios com os municípios selecionados deverão ser celebrados no início de 2006.

**8.3.3.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

--

**8.3.3.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 8.3.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

86AA - Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos

#### 8.3.4.1 – Objetivo

Dar sustentabilidade aos projetos de resíduos sólidos urbanos municipais apoiados pelo MMA, por meio da adequada operação dos sistemas e do incentivo ao controle social sobre a eficiência da operação dos projetos.

#### 8.3.4.2 - Descrição

Capacitação de atores locais para elaboração de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos; elaboração de planos de coleta e varrição e projetos específicos de unidades de tratamento e disposição final de lixo; mobilização social e educação ambiental para a limpeza urbana e para o monitoramento da eficiência na aplicação dos investimentos federais; implantação da coleta seletiva de lixo em parceria com associações de catadores de material reciclável; gerenciamento e operação dos projetos.

#### 8.3.4.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Município capacitado	unidade	50	250

#### 8.3.4.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
400.151	42.500	357.651	267.551	267.551

#### 8.3.4.5 – Resultados Alcançados



O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Ministério das Cidades, FUNASA e Caixa Econômica Federal, com o apoio do Fórum Nacional e Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania, promoveram os Seminários Regionais de Resíduos Sólidos com o objetivo de sensibilizar os municípios para a implantação da gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos em todos os municípios brasileiros. Foram realizados 10 Seminários Regionais durante o ano de 2005 nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Belém, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Fortaleza, Recife e Campo Grande.

Os seminários apresentaram um panorama dos resíduos sólidos no Brasil, traçando um breve diagnóstico do manejo dos resíduos sólidos nas cidades brasileiras, apresentando as propostas para as Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e de Saneamento. Apresentaram também as possibilidades de financiamento e os mecanismos em MDL que permitem obter créditos de carbono com a utilização de gases de aterro sanitário; possibilidades de capacitação, além de exposições sobre Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e sobre o Sistema Nacional de Informação em Saneamento - componente Resíduos Sólidos.

Os seminários tiveram como público alvo os gestores municipais envolvidos com ações em resíduos sólidos, associações e cooperativas de catadores, vereadores, órgãos estaduais, conselhos estaduais e municipais e entidades profissionais que tratam do tema, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, promotores públicos, deputados, instituições ligadas à construção Civil e outros interessados. Houve a participação de 2000 técnicos nos 10 seminários, alcançando 250 municípios circunvizinhos aos pólos regionais.

#### 8.3.4.6 – Medidas a Implementar (No caso de problemas na execução)

Como forma minimizar as dificuldades encontradas pelos municípios na elaboração de projetos na área de Resíduos Sólidos serão organizadas em 2006, 5 Oficinas Regionais e 1 Seminário Nacional de capacitação de gestores e técnicos municipais.

Os Seminários darão ênfase às dificuldades encontradas pelos municípios para a obtenção dos recursos federais e para a execução dos projetos apoiados no âmbito da GAU. Para tanto, será revisado e ampliado o Manual de Apoio a Projetos – Gestão Ambiental Urbana, a ser apresentado aos municípios nas Oficinas.

#### 8.3.4.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 8.3.5 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 - Gestão e Administração do Programa

#### 8.3.5.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

#### 8.3.5.2 - Descrição

#### 8.3.5.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
-	-	-	-

#### 8.3.5.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
308.280	36.993	72.310	22.310	22.310

#### 8.3.5.5 – Resultados Alcançados

Com a redução dos limites orçamentários para o Programa e do fluxo irregular de recursos financeiros, a execução do Programa ficou comprometida. Ante essa situação, decidiu-se priorizar atividades de articulação com os parceiros de execução do programa (MDIC, MCIDADES, MTE), além de outros parceiros como as Organizações Não Governamentais, o Fórum Lixo e Cidadania e outros nos governos federal, estadual e municipal.

Representantes do Programa participaram de 37 Congressos, palestras e outros eventos para divulgar o tema Resíduos Sólidos. Para tanto, foram elaborados e impressos 5.000 folders do Programa para divulgação das ações do Programa Resíduos Sólidos Urbanos e de informações sobre fomento ao apoio à elaboração de projetos de Gestão Ambiental. Os folders foram distribuídos nesses eventos por todo o Brasil.

Para o acompanhamento das obras dos convênios em vigência e para acompanhamento das prestações de contas dos convênios encerrados, o pessoal técnico do Programa realizou 14 vistorias técnicas.

Em relação ao pessoal técnico, houve uma rotatividade intensa, mas que encontra-se estabilizado a partir de dezembro de 2005. A rotatividade de técnicos é prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que o investimento tanto financeiro como técnico realizado pelo Ministério não encontra retorno nos trabalhos desenvolvidos por esses técnicos. Atualmente, o Programa abriga um corpo técnico composto de 01 técnico responsável pela Gerência, 4 Analistas Ambientais e 5 Técnicos Especializados com contrato temporário, que deve se manter durante o ano de 2006, assegurando a continuidade





das atividades iniciadas em 2005.

No projeto de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, os técnicos do Programa participaram das reuniões do Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, com objetivo de viabilizar as diversas ações do governo federal, para atender as necessidades dos catadores. As reuniões, coordenadas pelo MDS e MCidades, tiveram a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR, representantes dos Moradores de Rua, SQA/MMA, FNMA, FUNASA, PETROBRAS, CÁRITAS/DF, MEC, MTE, INSEA-BH, CAIXA, Fundação Banco do Brasil, PANGEA, AVINA – PR, ASMARE.

O MMA também participa do Projeto Coleta Seletiva na Esplanada dos Ministérios e optou pela doação dos materiais recicláveis para a Cooperativa de Catadores do DF – COORTRAP. Para apresentar propostas para as demandas mais urgentes dos catadores, foram criados Grupos de Trabalho nas áreas de Habitação, Educação e Geração de Trabalho e Renda.

### 8.3.5.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar

--

### 8.3.5.7 - Responsável pela Implementação (No caso de problemas na execução)

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



### 8.3.6 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6458 - Sistema de Informação em Gestão Ambiental Urbana

#### 8.3.6.1 – Objetivo

Implementar sistema de informações para subsidiar os agentes responsáveis pela gestão ambiental urbana (prefeituras, órgãos de meio ambiente, universidades etc)

#### 8.3.6.2 - Descrição

#### 8.3.6.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Acesso realizado	Unidade	20.000	0

#### 8.3.6.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
50.000,00	30.000,00	20.000,00	3.960,00	3.960,00

#### 8.3.6.5 – Resultados Alcançados

Encontra-se em fase de conclusão o Contrato a ser celebrado com a Caixa Econômica Federal para implantar o sistema computacional SINAPI – Sistema Nacional de pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - capaz de verificar os custos e índices nas áreas de Habitação, Infra-estrutura e Saneamento, com o objetivo de fornecer aos técnicos da SQA/MMA, instrumentos uniformizados para análise de custos na área da construção civil.

A LDO de 2005, no Art. 105, determina que os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos da União não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do SINAPI.

Os recursos dessa ação se destinam à implantação e à manutenção desse sistema, além da capacitação dos usuários internos, de forma a subsidiar os técnicos na avaliação dos projetos para o apoio financeiro aos Estados e Municípios para celebração de novos convênios e para as respectivas análises de prestação de contas.

A implantação do SINAPI será de grande importância para o Programa na SQA, visto que ele é composto por um banco de dados de preços mensalmente atualizados, que possibilitará a otimização das análises técnica e orçamentária dos projetos desta Secretaria. O Contrato deverá ser assinado no início do ano de 2006.



**8.3.6.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar** (No caso de problemas na execução)

--

**8.3.6.7 - Responsável pela Implementação**

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



## 9. PROGRAMA : 0511 – PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

### 9.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6456 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Resíduos

#### 9.1.1 – Objetivo

Fornecer subsídios e promover o debate em torno da elaboração e da implementação de uma Política Nacional de Resíduos, e suas normas complementares, tanto no âmbito do governo como em todos os Fóruns de Discussão interessados na questão.

#### 9.1.2 - Descrição

Organização e participação em seminários, audiências públicas e outros espaços de discussão sobre a Política Nacional de Resíduos, a fim de elaborar projetos de lei que estabeleçam diretrizes para a prevenção da geração, para o reaproveitamento e para a disposição de resíduos, bem como acompanhar a tramitação desses projetos no Congresso Nacional.

#### 9.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
-	-	-	-

#### 9.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
88.000	53.600	35.200	35.200	34.227

#### 9.1.5 – Resultados Alcançados

Em 2005 foi criado um Grupo de Consolidação na SQA, com o objetivo de sistematizar as contribuições do Seminário CONAMA que elaborou a Proposta de Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esse anteprojeto foi debatido com os Ministérios das Cidades, da Saúde, mediante sua Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Fazenda, buscando nas discussões a sustentabilidade requerida para a temática.

Outras discussões com a sociedade foram realizadas por meio dos Seminários Regionais de Resíduos Sólidos – instrumentos para gestão integrada e sustentável, promovidos pelo MMA, Midades, FUNASA e CEF e de igual forma com outros setores da sociedade civil no COMANA, com a Confederação Nacional das Indústrias – CNI, com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, com a Associação Brasileira de Engenharia



Sanitária – ABES, com o Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES, e com outras entidades e organizações afins, tais como: Fórum Lixo & Cidadania, Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo.

Após as discussões, o texto do Ante-projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS foi consolidado e apresentado à Casa Civil para submetê-lo à apreciação do Congresso Nacional. O texto da PNRS está disponível para consulta pública no site do MMA e algumas audiências públicas já foram realizadas.

Dentre outras, no âmbito da formulação e acompanhamento da PNRS, foram realizadas as seguintes atividades:

- Disseminação de informações sobre os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Interação de relações com outros ministérios envolvidos na Gestão de Resíduos Sólidos;
- Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (consolidação do PL203 e seus apensos e outros documentos);

Atendimento às demandas da sociedade em relação às diretrizes dos Resíduos Sólidos;

- Uniformização de conceitos importantes/padronização das nomenclaturas pertinentes aos Resíduos Sólidos;
- Participação ativa nas discussões nacionais referentes aos Resíduos Sólidos, disseminando informações;
- Busca da padronização dos Manuais para Obtenção de Recursos 2005 entre o MMA/Cidades/Funasa;
- Retomada do Programa Brasileiro de Reciclagem (PBR), com a coordenação passando do MDIC para o MMA.

#### 9.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

Durante a implementação da ação, o uso de nomenclatura diferenciada na Gestão de Resíduos Sólidos causou equívocos na interpretação do anteprojeto. Como medida corretiva, foram estabelecidas reuniões com as entidades parceiras (CEF, GTZ, IBAM, FNMA, outros Ministérios), para uniformização dos conceitos e correta compreensão do texto.

Como resultado, foi elaborado um produto publicado pelo MMA em conjunto com a GTZ denominado: “Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – Avaliação do Estado da Arte no Brasil” e foi proposta uma metodologia apropriada para a elaboração dos Planos.

#### 9.1.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



## 10 – CONCLUSÃO

A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos-SQA, com um orçamento consignado pela Lei nº 11.100/05, no valor de R\$ 28.005.134,00 (vinte e oito milhões, cinco mil, cento e trinta e quatro reais), obteve como limite fixado para movimentação e empenho, o montante de R\$12.062.959 (doze milhões, sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais), dos quais foram empenhados pela Unidade Gestora 440031 – SQA o montante de R\$ 7.572.695,21 (sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e centavos)

A execução das metas físicas e avaliação dos resultados alcançados pelos Programas Viver sem Contaminação, Mudanças Climáticas e Meio Ambiente , Qualidade Ambiental – PROCONTROLE, Litoral Brasileiro Sustentável e Resíduos Sólidos Urbanos, foram descritas no presente no relatório, bem como, registradas no SIGPLAN, no que se refere ao Plano Plurianual -PPA 2004-2007.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006

**VICTOR ZULAR ZVEIBIL**  
SECRETÁRIO DE QUALIDADE AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS  
HUMANOS